

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Escola superior de Educação Física – ESEF
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



Dissertação

**Gênero e Educação Física em Escolas Federais de Ensino Médio
da cidade de Pelotas-RS**

Catiúcia Almeida de Souza

Pelotas, 2020

Catiúcia Almeida de Souza

**Gênero e Educação Física em Escolas Federais de Ensino Médio
da cidade de Pelotas-RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Física, área de concentração Movimento Humano, Educação e Sociedade, linha de pesquisa: Formação profissional e prática pedagógica na escola.

Orientador: Prof. Dr. Giovanni Felipe Ernst Frizzo

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S719g Souza, Catiúcia Almeida de

Gênero e educação física em escolas federais de ensino médio da cidade de pelotas rs / Catiúcia Almeida de Souza ; Giovanni Felipe Ernest Frizzo, orientador. — Pelotas, 2020.

72 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Gênero. 2. Educação física. 3. Ambiente escolar. I. Frizzo, Giovanni Felipe Ernest, orient. II. Título.

CDD : 796

Catiúcia Almeida de Souza

Gênero e Educação Física em Escolas Federais de Ensino Médio
da cidade de Pelotas-RS

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 30 de outubro de 2020

Banca examinadora:

Prof. Dr. Andrize Ramires Costa (Presidente)

Doutora em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Franciele Roos da Silva Ilha

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas

Profa. Dra. Aline Accorssi

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,
Brasil

Profa. Dra. Mariângela da Rosa Afonso

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Primeiramente, obrigada a Deus pelo dom da vida e por estar sempre presente me guiando em todos os momentos, orientando minhas decisões e por me permitir realizar tantos sonhos.

Não posso deixar de agradecer o meu orientador e amigo professor Giovanni, que desde a seleção para o mestrado acreditou em mim, no meu trabalho e aceitou o desafio de estudar essa temática tão importante na minha vida, mas um novo desafio em suas mãos, confiou no meu trabalho e esteve lá sempre para dizer: calma, tua saúde mental em primeiro lugar, vai dar tudo certo! Também, por ter propiciado tantas experiências boas durante esses dois anos, junto da criação do nosso projeto de extensão “Educação Física e opressões”. Aproveito aqui para agradecer aos integrantes do grupo, todo esse processo, me fez crescer como pessoa e ter vocês ao meu lado, foi sem dúvida um suporte.

Outro agradecimento especial vai para meus pais, Maria e Marco, que mesmo sem entender absolutamente nada da vida acadêmica, sempre me apoiaram nas minhas decisões e estiveram do meu lado durante esses 6 anos desde que entrei na graduação. O apoio de vocês, sem dúvida é o que me mantém de pé e me motiva a continuar querendo crescer. Obrigada por respeitarem minhas escolhas e estarem sempre do meu lado. Amo vocês!

Obrigada a minha namorada, Vitória, que acima de tudo é uma grande amiga, sempre presente nos momentos difíceis com uma palavra de incentivo. Obrigada pelo companheirismo, pelo incentivo, pela paciência e por compreender as minhas ausências. Obrigada, por sempre me incentivar a crescer e correr atrás dos meus sonhos.

Aos meus poucos e próximos amigos, que mesmo não estando envolvidos com mestrado, estiveram presente na minha vida, apoiando e mandando energias positivas, muito obrigada por toda palavra, por todo puxão de orelha. O apoio de vocês foi muito importante para que eu chegasse aqui. Por fim, agradeço a banca de qualificação, que foi muito importante com suas excelentes considerações para melhorar a qualidade do meu trabalho.

Resumo

SOUZA, Catiúcia Almeida de. **Gênero e Educação Física em Escolas Federais de Ensino Médio da cidade de Pelotas-RS**. Orientador: Prof. Dr. Giovanni Felipe Ernst Frizzo. 2020. 70f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

O presente estudo teve como objetivo analisar como se expressam as desigualdades de gênero nas aulas de Educação Física das Escolas de Ensino Médio da cidade de Pelotas-RS. Justifica-se a escolha do tema em função da necessidade de ampliar a discussão acerca das questões de gênero dentro do ambiente escolar, de modo que todos os sujeitos que pertencem a esse ambiente sejam igualmente vistos e que o combate às opressões seja prioridade dentro da escola, principalmente nas aulas de educação física. A pesquisa foi realizada em Escolas Federais da cidade de Pelotas-RS, tendo como sujeitos participantes os coordenadores da educação física e professores responsáveis pela disciplina de Educação Física. A abordagem foi qualitativa e o procedimento metodológico utilizado foi de cunho exploratório/descritivo, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Por fim, a análise foi feita de forma que os dados coletados fossem destacados e organizados por pontos relevantes e eixos que precisam ser considerados. Pode-se concluir que a sociedade contemporânea, apesar de todas as conquistas até o momento, ainda demonstra características da sua base patriarcal, sendo extremamente opressora e discriminatória com as mulheres. Desde muito cedo, meninas e meninos sofrem com o processo de construção de identidade. Isso porque eles estão constantemente em busca de alinhamento com os modelos tidos como “normais” pela sociedade, que reforça e pune o diferente do que é esperado para cada gênero.

Palavras-chave: Gênero. Educação Física. Ambiente escolar.

Resumen

SOUZA, Catiúcia Almeida de. **Género y Educación Física en Escuelas Federales de Enseñanza Media de la ciudad de Pelotas-RS**. Orientador: Prof. Dr. Giovanni Felipe Ernst Frizzo. 2020. 70f. Disertación (Maestría en Educación Física) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

El presente estudio tuvo el objetivo de analizar cómo se expresan las desigualdades de género en las clases de Educación Física de las Escuelas de Enseñanza Media de la ciudad de Pelotas-RS. Se justifica la elección del tema en función de la necesidad de ampliar la discusión acerca de las cuestiones de género dentro del ambiente escolar, de modo que todos los sujetos que pertenecen a ese ambiente sean vistos como iguales y que el combate a las opresiones sea prioridad dentro de la escuela, principalmente en las clases de educación física. La investigación fue realizada en Escuelas Federales de la ciudad de Pelotas-RS, teniendo como sujetos participantes los coordinadores de la educación física y los profesores responsables de la asignatura de Educación Física. El abordaje fue cualitativo y el procedimiento metodológico utilizado de carácter exploratorio/descriptivo, teniendo la entrevista semiestructurada como instrumento de recolección de datos. Por fin, se hizo el análisis de modo que los datos recolectados fueran destacados y organizados por puntos relevantes y ejes que necesitan ser considerados. Se puede concluir que la sociedad contemporánea, a pesar de todos los logros alcanzados hasta la fecha, sigue demostrando características de su base patriarcal, siendo extremadamente opresiva y discriminatoria con las mujeres. Desde una edad temprana, las niñas y los niños sufren el proceso de creación de identidad. Esto se debe a que buscan constantemente la alineación con los modelos considerados "normales" por la sociedad, lo que refuerza y castiga lo diferente de lo que se espera para cada género.

Palabras clave: Género. Educación Física. Ambiente escolar.

Lista de figuras

Figura 1	Fachada do Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Pelotas.....	21
Figura 2	Campus Pelotas visto de cima	22
Figura 3	Entrada do Campus Pelotas - Visconde da Graça	24
Figura 4	Imagem de satélite com a localização do CAVG.....	25
Figura 5	Mapa global da violência contra a mulher	29
Figura 6	Gráfico da evolução da taxa de homicídios por 100 mil de mulheres no Brasil e nas três UFs com as maiores taxas em 2017 (2007-2017)	31
Figura 7	Evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil, por raça/cor (2007-2017)	34
Figura 8	Taxa de desocupação por cor/raça	35
Figura 9	Diferença salarial entre homens e mulheres nos principais esportes (2015).....	37
Figura 10	Índices de assassínio de pessoas transexuais no Brasil (2008-2017)	38

Lista de tabelas

Tabela 1	Dados dos docentes que fizeram parte desta pesquisa.....	19
----------	--	----

Lista de quadros

Quadro 1	Cursos Técnicos oferecidos pelo Campus Pelotas.....	23
Quadro 2	Cursos Técnicos oferecidos pelo CAVG	25

Sumário

1 Introdução	11
1.1 Objetivos e problema de pesquisa.....	16
2 Decisões Metodológicas	17
2. 1 Procedimentos.....	20
2.1.1 Antes da Coleta de Dados	20
2.1.2 Durante a Coleta de Dados	20
2.1.3 Após a Coleta de Dados	20
2.2 História, caracterização e apresentação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense Campus Pelotas e Campus Visconde da Graça	20
2.2.1 IFsul Campus Pelotas.....	20
2.2.1.1 Estrutura campus Pelotas.....	22
2.2.2 IFsul Campus Visconde da Graça - CAVG	23
3 Mulheres, sociedade e opressões	26
3.1 A opressão à mulher e a educação	44
3.2 Educação Física – uma prática opressora às mulheres?	49
4 Considerações Finais	58
Referências	62
Apêndices	67
Apêndice A – Roteiro de entrevista semi-estruturada	68
Anexos	69
Anexo A – Termo de consentimento livre e esclarecido	70

1 Introdução

As relações de gênero em nossa sociedade ainda sofrem forte influência do machismo e sexismo. Esses conceitos são historicamente construídos e delimitam quais papéis sociais são destinados a mulheres e homens. São inegáveis todas as conquistas e avanços que nós, mulheres, obtivemos na luta diária por direitos iguais. Entretanto, ainda nos encontramos em larga desvantagem em relação aos homens nos mais diversos âmbitos da vida social, passando por desigualdades sociais, econômicas, entre outras.

Para Saffioti (2015), o patriarcado e o racismo podem ser vistos como alicerces do poder. Isso porque eles permanecem afetando a vida da classe trabalhadora, principalmente das mulheres e dos negros. Esta estrutura garante a manutenção do lucro ou sua ampliação baseada na superexploração de setores discriminados da sociedade. Segundo o *Relatório das Desigualdades Raça, Gênero e Classe*¹, o rendimento dos brancos é 80% maior do que o dos negros. Além disso, mulheres e homens negros representam a maior parte da população de baixa renda. Esse fato é confirmado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” (2019), 75,2 % da população com menor renda é composta por indivíduos que se autodeclaram pretos ou pardos.

Segundo dados do PNAD (2016), a população brasileira era composta por 48,3% de homens e 51,5% de mulheres. Dos 105,2 milhões de pessoas presentes no mercado de trabalho, apenas 28,2% são mulheres. De acordo com informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, o rendimento médio mensal dos homens é de R\$ 2.306,00; já o das mulheres é R\$ 1.764,00, o que corresponde a 76% dos rendimentos masculinos. A pesquisa ainda aborda o nível de escolaridade. Neste quesito, as mulheres tem maior frequência escolar e são a maior população a concluir o ensino superior. Contrariando as estatísticas, os homens continuam ocupando mais espaços de chefia. (IBGE, 2018).

Várias são as conquistas do gênero feminino nos últimos tempos: direito a cursar faculdade no Brasil (1879), direito a votar na Inglaterra, a partir do movimento Sufragista (1918), direito das mulheres brasileiras em participar das eleições (1932), criação e comercialização da pílula anticoncepcional (1960), criação da Lei Maria da

¹ Esse documento foi criado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMMA) e desenvolvido a partir dos dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE).

Penha, primeira a combater a violência doméstica (2006) ou lei do feminicídio, que classifica o assassinato de mulheres por razões de condição do sexo feminino como crime hediondo (2015). Ainda assim, em alguns países é possível observar mulheres que sofrem, além dos processos discriminatórios já citados, preconceitos de cunho político, religioso e cultural. As mulheres judias, por exemplo, conquistaram recentemente o direito à liberdade religiosa e de expressão; no Afeganistão, mulheres são mortas por apedrejamento ao não aceitarem imposições de seus familiares. Esses casos mostram como a luta e a conquista das mulheres ainda exigem resistência e avanços, no sentido de modificar essas relações históricas consolidadas entre os dois gêneros.

Dados recentes demonstram que a violência e a opressão à mulher são cada vez mais criticadas no Brasil, país no qual a violência machista se manifesta diariamente, aumentando a insegurança da população (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015; IPEA, 2019; RELÓGIO DA VIOLÊNCIA, 2019). O fragmento abaixo ilustra esse contexto de medo:

No Brasil, a cada 2 segundos, uma mulher é vítima de agressão física ou verbal. A cada 2.6 segundos, uma mulher é vítima de violência verbal. A cada 6.3 segundos, uma mulher é vítima de ameaça de violência. A cada 6.9 segundos, uma mulher é vítima de perseguição. A cada 7.2 segundos, uma mulher é vítima de violência física. A cada 2 minutos, uma mulher é vítima de arma de fogo. A cada 22.5 segundos, uma mulher é vítima de espancamento ou tentativa de estrangulamento. (RELÓGIO DA VIOLÊNCIA, 2019)

Uma sociedade formada a partir de determinados pilares, como o machismo, é a mesma onde o comportamento apresentado por opiniões e atitudes de determinados indivíduos rejeita a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros e preconiza o sexo masculino sobre o feminino; onde o sexismo discrimina e objetifica sexualmente uma parcela da população, reduzindo alguém ou um grupo por seu gênero ou orientação sexual; onde a misoginia repele, despreza e/ou odeia as mulheres; onde o patriarcado, que tem como base a autoridade do homem representada pela figura do pai, ainda traz a dominação do gênero masculino sobre o feminino. Cabe destacar que essas discriminações não se restringem ao ambiente doméstico: elas também ocorrem em diversos espaços sociais onde a mulher é subordinada. Também estão presentes em sociedades capitalistas, que surgem a partir de um sistema socioeconômico caracterizado pela produção e distribuição de

serviços e bens por propriedades privadas, visando o lucro e, para isso, superexplorando a classe trabalhadora.

O homem tem mais acesso a espaços de poder político e econômico, o que se traduz em garantias estruturais para o sexismo e a subjugação da mulher. Exemplo disso é que meninos, quando crianças, são induzidos a não demonstrar sentimentos que possam negar a sua masculinidade, como fraqueza, dor e sensibilidade. Essas sensações são associadas às meninas. Além disso, é comum que a menina seja conduzida para atividades que não produzem renda, como os afazeres domésticos; já o menino é conduzido a atividades que, necessariamente, terão como resultado a profissionalização, como atividades que requerem o raciocínio lógico e o desenvolvimento cognitivo. Essa diferenciação demonstra que, para homens e mulheres, são estabelecidas regras que privilegiam questões de gênero. Sendo assim, aqueles que vão de encontro ao pré-estabelecido são considerados “fora do padrão” e acabam sofrendo consequências por não se comportarem como o esperado.

Como uma das principais motivações para a escolha da temática do presente estudo, iniciei uma reflexão buscando descobrir, incessantemente, a origem da minha história/ligação com questões de gênero. Logo, através de uma linha do tempo, pude observar que tal tema está presente em minha vida desde o momento em que minha mãe soube que estava grávida. Na descoberta de que havia um bebê a caminho, as relações de gênero se fizeram presentes, já que a sociedade impõe a necessidade de definir um papel social e um estereótipo, partindo da grande e maior dúvida de toda mãe: é menino ou menina? Ou, ainda: compro enxoval azul ou rosa?

O adolescente sofre influência dessa sociedade desde criança, sendo obrigado a seguir padrões culturalmente atrelados a valores sociais, políticos e religiosos pré-estabelecidos ao longo do tempo. Nesses valores, as questões de gênero estão presentes e podem influenciar o seu comportamento tanto positiva quanto negativamente. Gênero, segundo Scoot (1995, p. 75), “é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos”. A partir daí, entende-se que homens e mulheres possuem características biológicas distintas. Para a constituição do gênero, no entanto, também deve ser considerada a construção social, cultural e histórica do corpo.

Relembrando a Educação Física do ensino básico, pude observar que esta era baseada em brincadeiras como caçador, pega-pega, queimada e outras tantas com proximidade de características. A partir da 5ª série, as atividades esportivas foram inseridas nas aulas práticas, tornando a aula bastante esportivizada, com particularidades próprias. Neste ponto, o principal objetivo era aprender técnicas e táticas dos esportes. A aula com caráter esportivizado já vem sendo utilizada há algumas décadas, como demonstra Altmann (2011, p. 494), ao afirmar que “a educação física, sobretudo a partir da década de 1940, viveu um processo de esportivização que atingiu suas aulas na escola, nas quais alguns esportes (futebol, basquetebol, voleibol e handebol) tornaram-se praticamente seus únicos conteúdos”.

Ainda, relembro que as aulas de Educação Física eram dadas para meninos e meninas juntos, no mesmo horário e com o mesmo professor. Porém, haviam duas quadras na escola: uma destinada aos meninos e outra às meninas. Na década de 1990, era comum o mesmo professor ministrar a aula para toda a turma (ALTMANN, 2011). Entretanto, nada o obrigava a mesclar meninos e meninas na mesma quadra de esportes, como já destacado.

As aulas de Educação Física na forma relatada acima, com a divisão do ambiente entre meninos e meninas, transformam-se em um ambiente excludente onde o professor, muitas vezes, reforça comportamentos discriminatórios. Dessa maneira, fica claro que a escola, e especialmente essa disciplina específica, podem estar contribuindo com uma sociedade em que a divisão por gênero é evidente. Com isso, esses espaços auxiliam, mesmo que inconscientemente, na construção significativa de sujeitos “masculinos” ou “femininos”.

Sendo assim, de acordo com Leal (2017, p. 96), uma das mais marcantes características da educação é que ela “possui cada vez mais um papel importante na sociedade, sendo responsável por transformações sociais, inclusive em relação à diversidade de nossa sociedade capitalista e excludente”. Atualmente, vivemos em uma sociedade cuja marca principal é a exclusão do que é diferente. Essa exclusão ocorrer pelas mais variadas motivações, como questões de gênero, racismo, machismo, transfobia, homofobia, deficiências, entre outros. Nesse contexto, as pessoas tentam, de alguma forma, justificar seus preconceitos alegando que as condições de determinados sujeitos não condizem com a sua normalidade, ou seja, que aquilo foge ao padrão pré-estabelecido. As justificativas são muitas e ultrapassam

questões sociais e culturais. Além disso, muitos crêem, inclusive, em teorias biológicas.

A escola, depois do ambiente familiar, é um dos primeiros locais onde se iniciam as relações sociais e o processo de formação do cidadão. Se hoje a sociedade ainda apresenta características excludentes, é porque, em algum aspecto, a instituição escolar ainda colabora para que isso aconteça. É justamente nesta etapa de transformação dos alunos que a escola precisa ser um ambiente capaz de construir cidadãos reflexivos. Ainda mais, ela deve ser um local que preza por valores coletivos e inclusivos, no qual qualquer tipo de exclusão seja eliminado e superado. Sendo assim, é necessário discutir a temática da discriminação dentro do ambiente escolar, fazendo com que todos os sujeitos pertencentes a esse espaço sejam igualmente vistos. Além disso, as instituições educacionais devem oferecer aberturas para que o combate às opressões seja amplamente debatido, principalmente nas aulas de Educação Física.

Mais do que descobrir o porquê de meninas e meninos serem tratados de forma diferente ou praticarem atividades distintas durante as aulas, é necessário compreender quais razões podem levar um menino a preferir vôlei, ginástica ou dança, enquanto uma menina pode preferir futebol ou modalidades de combate, que são estereotipadas. Ainda, é fundamental compreender o papel do professor nesse processo que deveria ser utilizado para uma apropriação da cultura corporal, mas que acaba excluindo toda e qualquer alteridade. Dessa forma, o presente estudo torna-se relevante a partir da possibilidade de aumentar as discussões e enriquecer a valorização dessa temática. Por fim, esse estudo buscará fornecer informações à população sobre como são tratadas as questões de gênero nas Escolas Federais de Ensino Médio da cidade de Pelotas-RS.

A escola apesar de não debater amplamente as questões relacionadas ao gênero, por vezes produz e reproduz um conjunto de construções sociais sobre comportamentos, atitudes e pensamentos socialmente aceitos para mulheres e homens. Assim, ela define o que é permitido para cada um dentro de seu papéis dentro da sociedade. Por sua vez, as aulas de Educação Física propiciam um campo de análise sobre o tema gênero, visto que trabalham com o alunado práticas diretamente ligadas ao corpo. Esse questionamento se torna ainda mais significativa

se levarmos em consideração que muitas escolas ainda contam com turmas separadas para meninos e meninas nessa disciplina específica.

Por conseguinte, a Educação Física possui é uma oportunidade privilegiada para a investigação de práticas e discursos concernentes ao gênero masculino ou feminino na sociedade. No entanto, se mostram fundamentais as pesquisas cujo objetivo é contribuir para uma análise de como acontecem, na Educação Física e na escola brasileira, esses processos de formação dos indivíduos, os mesmo que, em suas práticas diárias, observam a construção das identidades de gênero.

1.1 Objetivos e problema de pesquisa

O problema de pesquisa trata de compreender como as desigualdades de gênero se expressam nas aulas Educação Física em Escolas Federais de Ensino Médio da cidade de Pelotas-RS.

A pesquisa tem por objetivo principal analisar como se expressam as desigualdades de gênero nas aulas de Educação Física. O espaço onde se dará essa análise corresponde às Escolas de Ensino Médio da cidade de Pelotas-RS.

Os objetivos específicos são:

- a) analisar a forma como as questões de gênero são abordadas na organização do trabalho pedagógico de Educação Física em Escolas Federais de Ensino Médio;
- b) interpretar a compreensão do professorado de Educação Física sobre as questões de gênero.

2 Decisões Metodológicas

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa com método descritivo, pois, busca identificar, registrar e analisar as características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno. Sendo de cunho qualitativo, a pesquisa valoriza o processo e não somente os resultados. Ela preocupa-se, portanto, com aspectos relacionados à realidade e concentra-se em compreender e explicar as relações sociais envolvidas em situações determinadas. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa consiste em um montante de significados, valores, atitudes e crenças, abordando processos e fenômenos que não podem ser reduzidos a “números”.

Esta pesquisa teve como foco de estudo as questões de gênero na Educação Física Escolar em Escolas Federais de Ensino Médio da cidade de Pelotas-RS. A população do estudo foi composta pelos coordenadores da disciplina Educação Física e 4 professores e professoras do Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais da cidade de Pelotas-RS: IFsul - Campus Pelotas e IFsul - Campus Visconde da Graça (CAVG). O critério de inclusão englobou os professores com mais tempo nas instituições. A escolha desses grupos de sujeitos para participação na pesquisa justifica-se pela possibilidade de obter resultados satisfatórios frente à questão da investigação, com visões e olhares sobre a instituição escolar e as questões de gênero.

Com a finalidade de investigação, o instrumento utilizado na coleta de dados, foi a entrevista semiestruturada, a qual, segundo Minayo (2001, p. 57):

é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos nas falas de atores sociais. Ela não significa uma conversa despretençiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

A entrevista semi-estruturada foi utilizada visando obter informações concretas, previamente definidas, possibilitando ao entrevistado expor dados que ache relevante. Além disso, é possível que assuntos não planejados acabem sendo abordados. Esse método de obtenção de dados traz como particularidade questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa. A atenção do entrevistador é de total importância para direcionar a discussão, no momento que

achar oportuno, para o assunto que o interessa. Esse movimento é concretizado a partir de perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras.

A análise de dados dentro de uma investigação é um processo constante. Ela acontece durante todo o percurso da pesquisa, não apenas em um momento, apesar de haver uma maior dedicação após a realização das coletas de dados. Tendo como apoio os estudos de Laurence Bardin (2016), destaca-se a análise de conteúdo como forma de análise de dados realizada por meio de procedimentos qualitativos.

Neste estudo, o processo analítico iniciou-se através de recortes e organização do conteúdo das entrevistas em categorias. Nas palavras de Bardin (2016, p. 117), esta “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero(analogia), com os critérios previamente definidos”. O intuito dessa categorização é encontrar o sentido mais profundo e as ideias principais em relação aos temas e significados das informações, assim constituindo as unidades de análise.

A análise foi concluída a partir das entrevistas semi-estruturadas realizadas com professores e professoras dos Campus Pelotas e Campus Visconde da Graça (CAVG), possibilitando que, durante o estudo, fosse possível entender a forma com que Gênero e Educação Física se cruzam em Escolas Federais de Ensino Médio da cidade de Pelotas-RS. Dessa maneira, serão apresentados posteriormente os dados que colaboram na resposta do problema de pesquisa já delimitado.

Os dados decorrentes dessa pesquisa auxiliaram para um melhor entendimento da realidade das relações de gênero na sociedade, escola e Educação Física. A partir dessas informações, construíram-se três categorias que mostraram certo destaque ao longo da análise: Mulheres, sociedade e opressões; A opressão à mulher e à educação; Educação Física – Uma prática opressora às mulheres?

Para Minayo (2001), os resultados de uma análise não se tratam apenas de somar respostas individuais, mas sim relacionar significados que se completam em múltiplas respostas. As entrevistas foram realizadas utilizando um roteiro de perguntas abertas (Apêndice A), feito para atender os interesses dessa pesquisa. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, para a obtenção dos dados.

As entrevistas foram realizadas com o professorado que trabalha com a disciplina de Educação Física no último semestre de cada curso Integrado do IFsul - Campus Pelotas e IFsul - Campus Visconde da Graça (CAVG). Elas foram gravadas

pela pesquisadora, sendo, logo após, transcritas e analisadas criteriosamente, visto ser uma fonte relevante de coleta de dados. Em caso de constrangimento ou mal-estar, os procedimentos eram interrompidos imediatamente e o entrevistado poderia solicitar a qualquer momento a exclusão de sua participação. Todos os docentes foram convidados a assinar o Termo de Consentimento livre e esclarecido – TCLE (Anexo A) e participaram da pesquisa², bem como tiveram total ciência do que esta trata.

Para uma melhor aproximação com os sujeitos da pesquisa, logo abaixo será apresentada a caracterização (Tabela 1) dos 6 professores que participaram da pesquisa.

Tabela 1 – Dados dos docentes que fizeram parte desta pesquisa

Professorado	Ano de graduação	Instituição de formação	Formação Continuada	Tempo de Magistério	Tempo de Instituição	Sexo	Campus
P1*	2004	ESEF-UFPEL	Graduação	13 anos	2011	Masculino	CAVG
P2	2008	ESEF-UFPEL	Graduação	9 anos	2011	Masculino	CAVG
P3	1995	ESEF-UFPEL	Mestrado	22 anos	2017*	Feminino	CAVG
P4*	1985	ESEF-UFPEL	Especialização	33 anos	1994	Masculino	Pelotas
P5	2005	ESEF-UFPEL	Doutorado	13 anos	2011**	Feminino	Pelotas
P6	1994	ESEF-UFPEL	Mestrado	25 anos	2009	Feminino	Pelotas

Fonte: Autora (2020).

*Coordenadores do Campus CAVG e Campus Pelotas.

**No IFSUL desde 2014 e no Campus CAVG a partir de 2017.

***Trabalhou no IFSUL campus Pelotas como substituta em 2006.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

2. 1 Procedimentos

2.1.1 Antes da Coleta de Dados

Durante os meses de dezembro de 2018 a março de 2019, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, sendo aprovado.

2.1.2 Durante a Coleta de Dados

A coleta de dados foi dividida em duas etapas:

a) no mês de novembro de 2019, foi realizada uma visita aos Institutos Federais para a apresentação da pesquisa e solicitação para a realização do estudo.

b) Após o consentimento das instituições, outras visitas foram realizadas para conversar com o professorado de Educação Física. Nessas oportunidades, foi entregue a cada professor o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explicando os objetivos e metodologia da pesquisa. A assinatura do termo pelo participante foi requisito para a participação na pesquisa.

2.1.3 Após a Coleta de Dados

A análise de dados se desenvolveu entre os meses de dezembro de 2019 e maio de 2020. Logo após o processo de coleta, foi realizada a sistematização dos dados, concomitantemente com a análise e a escrita desses.

Nesse sentido, foram respeitados os princípios éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, conforme a Resolução 466/12 (BRASIL, 2012). Nessa lógica, durante a análise e a escrita do estudo, os entrevistados não foram identificados e as informações foram registradas no texto a partir de pseudônimos. Os dados serão mantidos em sigilo e somente serão utilizados para fins de pesquisa, sendo preservados por meio eletrônico (armazenamento em nuvem) pelo prazo de 5 anos.

2.2 História, caracterização e apresentação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense Campus Pelotas e Campus Visconde da Graça

2.2.1 IFsul Campus Pelotas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense tem sua origem no atual campus de Pelotas. A Escola Técnica de Pelotas (ETP) é criada pelo Presidente Getúlio Dorneles Vargas em 1942, mediante gestões e ações de Luiz Simões Lopes. É inaugurada em 1943 e tem o início de suas atividades letivas em

1945. No ano de 1959, a Escola Técnica de Pelotas passa a autarquia Federal e, em 1965, passa a se denominar Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL).

A transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS) ocorreu em 1999. Esse processo possibilitou, além da oferta dos Cursos Técnicos de Nível Médio, a oferta de Cursos Superiores e de Pós-graduação, incentivando ainda mais a pesquisa, a elaboração de projetos e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.

Posteriormente, a escola passou a fazer parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Este último foi criado a partir do CEFET-RS, mediante Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.



Figura 1 – Fachada do Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Pelotas
Fonte: Autora (2020).

Hoje, o IFSul, cuja sede administrativa está localizada em Pelotas/RS, é formado por doze *campi*: Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Sapucaia do Sul, Charqueadas, Passo Fundo, Bagé, Camaquã, Venâncio Aires, Santana do Livramento, Sapiranga, Lajeado e Gravataí.

No campus de Pelotas, estão em funcionamento dez Cursos Técnicos de Nível Médio, cinco Cursos Superiores de Tecnologia e uma Engenharia, além de Cursos de Pós-graduação, Formação Pedagógica e Educação à Distância. Esta unidade do Instituto Federal Sul-rio-grandense atende uma média de 4000 alunos por ano.

2.2.1.1 Estrutura campus Pelotas

O campus Pelotas tem área própria de 40.440m², sendo dividido em três pavimentos. As dimensões e elementos que compõem a estrutura do campus estão dispostas a seguir:

- Ø 17.000m² de área para o ensino profissional
- Ø 48.791 m² de área total construída
- Ø 55 salas de aula e de desenho
- Ø 120 laboratórios específicos
- Ø 41 oficinas
- Ø ginásio para a prática de esportes
- Ø duas quadras cobertas
- Ø pista de atletismo
- Ø biblioteca
- Ø auditório central
- Ø quatro minis auditórios



Figura 2 – Campus Pelotas visto de cima

Fonte: Site oficial da instituição. Disponível em: <http://www.pelotas.ifsul.edu.br/institucional/estrutura-fisica>.

O Campus Pelotas oferece, no total, 10 Cursos Técnicos em três modalidades: concomitante, subsequente e integrado. Na modalidade integrado, o aluno faz o Ensino Médio juntamente com a formação técnica. No quadro abaixo, estão listados os cursos técnicos oferecidos pelo IFsul Campus Pelotas na modalidade integrado.

Quadro 1 – Cursos Técnicos oferecidos pelo Campus Pelotas

CURSOS TÉCNICOS OFERECIDOS PELO CAMPUS PELOTAS	
Comunicação Visual- Integrado	Design de Interiores- Integrado
Edificações- Integrado	Eletromecânica- Integrado
Eletrônica- Integrado	Eletrotécnica- Integrado
Mecânica- Integrado	Química- Integrado
Edificações- Integrado	Telecomunicações- Integrado

Fonte: Autora (2020).

A Educação Física é obrigatória para a modalidade integrado e o Campus Pelotas conta, hoje, com 16 professores.

2.2.2 IFsul Campus Visconde da Graça - CAVG

O Campus Pelotas - Visconde da Graça (CAVG) é um dos campus vinculados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), instituição de educação profissional técnica de nível médio e superior, de graduação e pós-graduação. A origem desse campus foi o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça. O CAVG, como é conhecido, passou a constituir o IFSul a partir da emissão da Portaria 715/2010 do Ministério da Educação, que consolidou a decisão tomada pela Comunidade em referendo realizado no então Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, ligado à Universidade Federal de Pelotas (UFPeI).

O campus foi composto, originariamente, pelo Colégio Agrícola Visconde da Graça e pelo Colégio de Economia Doméstica Rural, incorporado como Unidade da Fundação Universidade Federal de Pelotas, do Ministério da Educação e Desporto, pelo Decreto nº 56.881, de 16 de dezembro de 1969.



Figura 3 – Entrada do Campus Pelotas - Visconde da Graça
Fonte: Autora (2020).

O Colégio Agrícola Visconde da Graça foi criado pelo Decreto nº 15.102, publicado no Diário Oficial da União em 09 de novembro de 1921, e inaugurado em 12 de outubro de 1923, sob a denominação de Patronato Agrícola do Rio Grande do Sul.

Já o Colégio de Economia Doméstica Rural teve o início de seu funcionamento em 1957, com o título de Curso Colegial de Economia Rural. Na década de 30, esta unidade foi transformada em Aprendizado Agrícola Visconde da Graça e, em 1946, a Lei Orgânica do ensino agrícola, através do Decreto Lei nº 9.613, passa o Aprendizado Agrícola à condição de Escola Agrotécnica com 2º ciclo. Em 13 de fevereiro de 1964, pelo Decreto Lei nº 53.558, a denominação altera-se para Colégio Agrícola, acompanhando o estabelecido na LDB de 1961.

O CAVG tem por objetivo ofertar à comunidade uma educação de qualidade, voltada às necessidades científicas e tecnológicas do novo milênio, baseada nos avanços tecnológicos e no equilíbrio do meio ambiente. Através de um Projeto Político Pedagógico fundamentado nos princípios da educação pública e gratuita, a instituição congrega ensino, pesquisa, extensão e prática produtiva dentro de um modelo dinâmico de geração, transferência e aplicação de conhecimentos.

Localizado a 8 km do centro urbano de Pelotas, com área de 201 ha – entre unidades de produção e de ensino, bosques e rica vegetação –, o CAVG dispõe de

infraestrutura administrativa, pedagógica e de produção bem desenvolvidas. O campus oferece, ainda, o sistema de internato masculino e feminino, atendendo a alunos e alunas de 16 municípios da zona sul do estado.

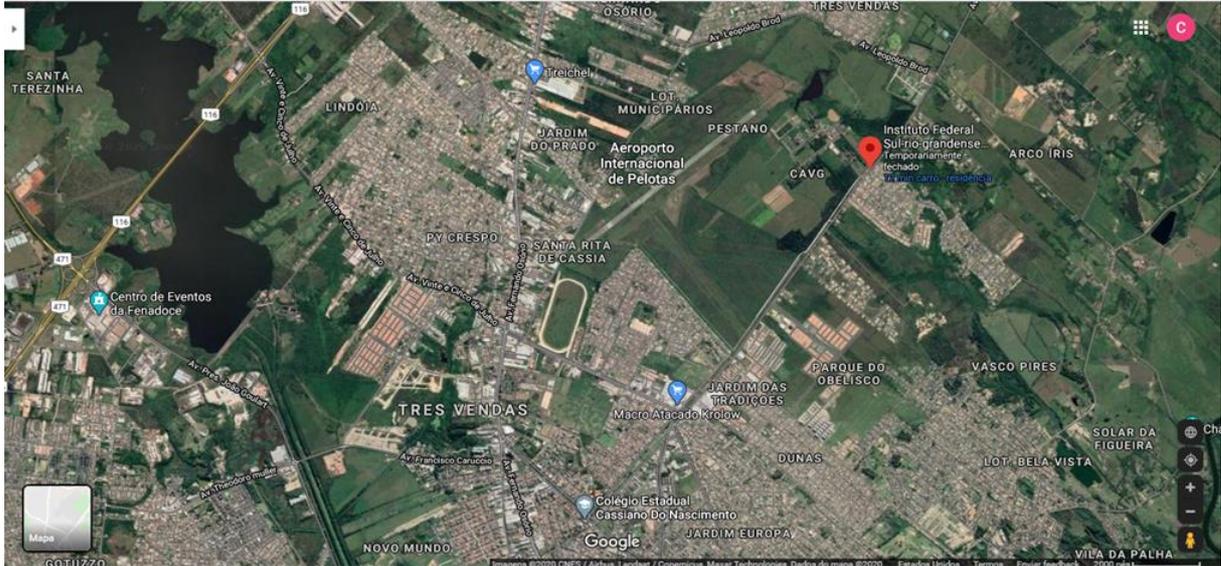


Figura 4 – Imagem de satélite com a localização do CAVG
Fonte: Google Earth.

Neste campus, estão em funcionamento 9 Cursos Técnicos, 4 Cursos Técnicos de nível médio e 10 Cursos Superiores, além de Cursos de Pós-graduação. Esta unidade do Instituto Federal Sul-rio-grandense atende uma média de 4000 alunos por ano. No quadro abaixo, estão listados os cursos técnicos oferecidos pelo Ifsul - Campus Visconde da Graça, na modalidade integrado.

Quadro 2 – Cursos Técnicos oferecidos pelo CAVG

CURSOS TÉCNICOS OFERECIDOS PELO CAMPUS VISCONDE DA GRAÇA – CAVG	
Técnico em Alimentos- Integrado	Técnico em Agropecuária- Integrado
Técnico em Meio Ambiente- Integrado	Técnico em Vestuário- Integrado

Fonte: Autora (2020).

A Educação Física é obrigatória para a modalidade integrado e o Campus Visconde da Graça conta, hoje, com 4 professores.

3 Mulheres e o Alicerce das Opressões

É preciso compreender que a opressão de gênero, assim como as outras formas de opressão, não é algo natural e não possui nenhuma explicação com bases biológicas. Ela tem sua motivação embasada na conjuntura sócio-cultural, que coloca a mulher como inferior ao homem. Essa ideia de que a mulher ocupa um papel secundário na sociedade surge a partir da religião, da ciência e das instituições sociais.

A sociedade machista, patriarcal, misógina e capitalista na qual o ser humano está inserido submete as mulheres aos mais variados tipos de opressão. Isso porque a hierarquização de homens acima das mulheres vem moldando as características da sociedade desde o início da civilização. Nessa relação entre o homem e a mulher, são pré-estabelecidos espaços e papéis que cada um pode ocupar, bem como posturas que devem ser adquiridas de acordo com o gênero. Esses papéis sociais são, em sua maior parte, estereotipados, sexistas e preconceituosos, principalmente quando relacionados às mulheres. Esse fato corrobora com Faria e Nobre (2003, p. 40), quando os autores afirmam que “os papéis sociais femininos e masculinos são distintos e hierárquicos”.

As relações de gênero foram construídas com base no patriarcado, através de atitudes, ideias e práticas que anulavam os direitos das mulheres e tem como principal objetivo manter a dominação masculina. Patriarcado, segundo Ana Costa (2006), é uma forma hierárquica de organização sexual dentro da sociedade, que se faz necessária para a dominação política. Ela é construída a partir da supremacia masculina nas esferas privadas e públicas.

Ao observar o foco da luta das mulheres, pode-se ver que é o mesmo dos povos colonizados e da classe trabalhadora, que hoje é vista pelo modo de produção capitalista. A sociedade capitalista é dividida em classes: uma domina a outra. O capitalismo como relação social de exploração se mantém desde que a classe dominante se aproprie não somente do remanescente, mas da vida dos trabalhadores e trabalhadoras da parcela dominada. Nos primórdios da civilização, a força humana estava voltada para garantir os costumes diários. Nesse sentido, as pessoas se relacionavam com a natureza, mesmo com poucos meios de produção, e a sociedade era organizada por comunidades, onde todos desempenhavam os mesmos papéis e

tarefas, sem hierarquia. Existia a divisão de trabalho, a produção de sobras era mínima e, quando isso acontecia, os mantimentos restantes eram guardados para os próximos dias. Não havia exploração, e sim solidariedade.

Com o advento da propriedade privada, as sobras produzidas socialmente passam a ser propriedade da classe social dominante. Assim acontece no escravismo, no feudalismo e no capitalismo. Quando o capital é centro do sistema, as mulheres, em grande parte, são designadas a papéis inferiores do ponto de vista social, econômico, político e cultural, como demonstra o fragmento abaixo:

O capitalismo e a sociedade burguesa, que tantas esperanças trouxeram à mulher no sentido de emancipá-la da servidão doméstica e do papel subalterno que a sociedade feudal lhe reservou, não conseguiram cumprir a promessa. A mulher nunca foi tão maltratada, humilhada e discriminada quanto nesse sistema de produção. (TOLEDO, 2008, p. 13-14)

É preciso atentar-se para o fato de que o capitalismo e o patriarcado formam um “casal perfeito”: “apesar de não ter surgido com o capitalismo, a opressão das mulheres adquire sob este modo de produção traços particulares, convertendo o patriarcado em um aliado indispensável para a exploração e a manutenção do ‘status quo’” (D’ATRI, 2008, p. 35). Isto é, no casamento do capitalismo com o patriarcado, aparecem as formas de exploração e opressão impostas pelo sistema capitalista.

Decerto, essas características do patriarcado ainda estão presentes na sociedade porque acabam sendo naturalizadas pelos defensores da hierarquia entre homens e mulheres. Em especial, o patriarcado é preservado pelos princípios do sistema capitalista, que utiliza da exploração e opressão para render o capital.

A opressão é uma categoria diferente da exploração. A primeira é cultural e social; gera uma situação de discriminação, atinge mulheres de diversas classes sociais e pode ter efeitos econômicos de maior ou menor peso. A exploração é um fato econômico e dá origem à divisão da sociedade em classe. (TOLEDO, 2008, p. 17)

Nesse contexto, faz-se necessário abordar o surgimento do termo gênero para uma melhor compreensão da sua importância na sociedade atual e o quão fundamental é dialogar sobre a sua utilização nos movimentos feministas. Para isso, primeiramente, é preciso definir feminismo, como o mesmo surge e qual o seu objetivo. Segundo Faria e Nobre (2003, p. 37):

O feminismo é um conjunto de ideias e práticas que visam superar as desigualdades entre homens e mulheres e acabar com as situações de opressão e exclusão das mulheres. O feminismo é uma teoria política que tem expressão social desde o fim do século passado.

Já Louro (1997) refere-se ao surgimento do feminismo como um movimento social do século XIX. No início do século XX, as manifestações contra todo tipo de opressão à mulher se tornaram mais expressivas e visíveis, principalmente a partir do movimento sufragista³, o qual causou grande impacto e passou a ser conhecido como “a primeira onda do feminismo”.

A “segunda onda do feminismo” utilizou o termo pela primeira vez nas décadas de 60/70, momento em que, além da preocupação social e política, havia a intenção de construir um campo teórico para a denominação. No ambiente acadêmico, militantes feministas levavam às escolas e universidades questões que aguçavam a mobilização de mulheres pesquisadoras, o que fez surgir o campo de estudos da mulher. Este tinha como principal intuito dar visibilidade aos acontecimentos da vida da mulher, descrevendo situações de opressão vivenciadas no seu cotidiano, retirando a sua invisibilidade social e transformando-a em tema central (LOURO, 1997).

Já com relação ao termo gênero, Scott (1995, p. 86) traz duas vertentes que devem ser consideradas:

(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre às mudanças nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional.

De acordo com Goellner (2009, p. 75), gênero pode ser considerada a forma como nos vemos e nos construímos socialmente e culturalmente:

a condição social por meio da qual nos identificamos como masculinos e femininos. É diferente de sexo, termo usado para identificar as características anatômicas que diferenciam os homens das mulheres e vice-versa. O gênero, portanto, não é algo que está dado, mas é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os corpos, a partir daquilo que se identifica ser masculino e/ou feminino. Em outras palavras, o corpo é generificado, o que implica dizer que as marcas do gênero se inscrevem nele.

³ É um movimento social, político e econômico de reforma, com o objetivo de estender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres.

O Brasil ocupava o 5º lugar no ranking mundial de Femicídio, segundo dados das Nações Unidas (2015) mostrados no mapa a seguir:



Figura 5 – Mapa global da violência contra a mulher
Fonte: NAÇÕES UNIDAS. Mapa da Violência (2015).

Em comparação com países desenvolvidos, no Brasil se mata 48 vezes mais mulheres do que no Reino Unido; 24 vezes mais que na Dinamarca; e 16 vezes mais do que no Japão ou na Escócia. Dessa forma, é preciso atentar-se para todos os tipos de violência contra a mulher, a fim de compreender as opressões sofridas por elas na sociedade atual. Para Cisne (2015, p. 146), “violência contra a mulher, face mais brutal e explícita do patriarcado, é entendida como toda e qualquer ação que fere a dignidade e a integridade física e/ou psicológica da mulher”. Ainda segundo esta autora, os principais tipos de violência contra a mulher são:

a) Física: Afeta diretamente o corpo da mulher por meio de agressões como empurrões, beliscões, bofetadas, pontapés, arremesso de objetos, queimaduras,

feridas por arma branca ou de fogo. Essa violência geralmente deixa marcas, como hematomas, arranhões, feridas, cortes e cicatrizes.

b) Psicológica: Ainda que não seja tangível, essa forma de violência deixa profundas marcas nas mulheres, que se manifestam no seu corpo e até mesmo no seu comportamento. Assim, mesmo que não atinja diretamente o corpo, acaba se manifestando nele por meio de expressões de tristeza, depressão, medo e insegurança.

c) Sexual: Ocorre por meio do assédio sexual ou quando uma mulher é forçada a fazer sexo contra a sua vontade, por meio do estupro, seja ele praticado por um estranho ou por seu cônjuge (nesse caso, o ato é denominado estupro conjugal).

d) Patrimonial: Ocorre quando objetos materiais e/ou de valor sentimental são destruídos pelo agressor como uma forma de atingir a mulher.

e) Social: Se expressa nas discriminações e preconceitos sofridos pelas mulheres nas relações sociais, a exemplo dos salários mais baixos em relação aos homens, da discriminação étnico-racial, da pequena representação feminina na política e nos espaços de poder. Além disso, a violência social se materializa na desqualificação e mercantilização das mulheres, muito comum nas propagandas e em letras de músicas.

f) Obstétrica: Diferente das demais, essa forma de violência não necessariamente é praticada pelo cônjuge ou ex-cônjuge, embora também seja comum eles a praticarem, por exemplo, ao obrigar uma mulher a abortar, ao xingarem uma mulher quando ela não consegue amamentar ou até mesmo por resumirem a mulher à gestação e/ou à maternidade. Vinculada a uma perspectiva conservadora de maternidade, a violência obstétrica pode se manifestar na gestação, parto (inclusive, a proibição do direito a um(a) acompanhante no momento do parto), pós-parto, amamentação, exames de toque, esterilizações não consentidas, em situações de abortamento, etc.

Segundo o Atlas da Violência (2019), no Brasil, em 2017, os homicídios de mulheres aumentaram, chegando a 13 assassinatos por dia. Ao todo, foram mortas 4936 mulheres, maior número visto desde 2007. É importante destacar, ainda, que houve um aumento significativo de 30,7% de violência contra a mulher na década entre 2007 e 2017, como pode-se observar no gráfico a seguir:

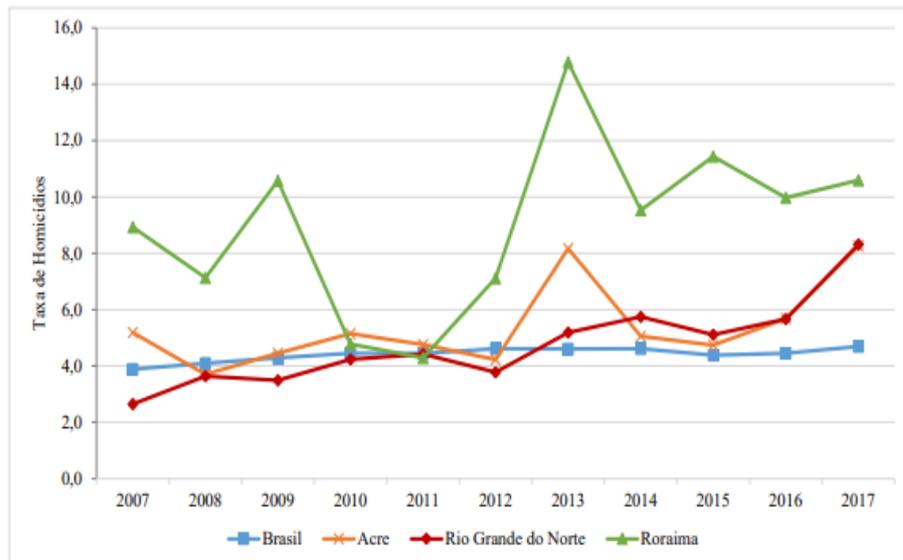


Figura 6 – Gráfico da evolução da taxa de homicídios por 100 mil de mulheres no Brasil e nas três UF's com as maiores taxas em 2017 (2007-2017)

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGUAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs: 10:X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

De janeiro a julho de 2018, o Ligue 180 registrou 27 feminicídios, 51 homicídios, 547 tentativas de feminicídios e 118 tentativas de homicídios. No mesmo período, os relatos de violência chegaram a 79.661, sendo os maiores números referentes à violência física (37.396) e psicológica (26.527). Entre os relatos de violência, 63.116 foram classificados como violência doméstica (G1, 2019). Ainda no ano de 2018, no Rio Grande do Sul, o feminicídio aumentou em 41%, tendo sido registrados 117 casos de morte por questões de gênero, enquanto em 2017 foram registradas 83 vítimas de feminicídio (GAÚCHA ZH, 2019).

O rendimento das mulheres em relação aos homens também reflete a desigualdade social, já que os indicadores sociais apontam que as mulheres ganham salário inferior aos dos homens, além de se dedicarem mais aos trabalhos domésticos e aos cuidados de familiares (IBGE, 2018). Portanto, além de receberem menos, as mulheres trabalham mais do que os homens, visto que a sua jornada de trabalho se estende aos afazeres domésticos.

A opressão contra a mulher se manifesta de diferentes formas, que vão além do gênero, ultrapassando o jugo patriarcal e alcançando o âmbito racial e de classes. Nesse contexto, a estrutura racista, que atribui maior importância a pessoas brancas

em comparação às negras, torna possível que uma mulher branca assuma tanto o papel de oprimida como o de opressora. Davis (1981) demonstra que as mulheres negras tendem a ser subordinadas pelas brancas por um legado deixado pela escravidão, o qual continua influenciando a construção das personalidades individuais atualmente.

Como já mencionado, o feminismo surgiu da necessidade da mulher em lutar contra situações de opressão. Inicialmente, o movimento foi uma luta composta em maior número por mulheres brancas, de classe média. Além disso, cabe salientar que a opressão vivenciada pelas mulheres brancas e negras era diferente: havia uma forte tendência de emancipação apenas das mulheres brancas, em razão dos espaços políticos que burgueses brancos, inclusive do gênero feminino, podiam usufruir, enquanto negras e trabalhadoras não podiam.

A partir de então, surgiu o termo “interseccionalidade”. Apesar de ter ficado em evidência apenas nos anos 2000, o conceito teve sua origem em um movimento ocorrido no final dos anos 70, conhecido como *Black Feminism* (Feminismo Negro/Preto), cujo marco simbólico foi o manifesto de 1977 do *Combahee River Collective*⁴ (DAVIS, 1981; COLLINS, 2019; DORLIN, 2007). Para uma melhor compreensão deste termo, segue a definição de Bilge (2009, p. 70):

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade. Idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e reprodução das desigualdades sociais.

Inicialmente, o conceito de interseccionalidade foi utilizado em estudos feministas que procuravam entender a ligação das diferentes categorias sociais e sua influência na estrutura de vida dos sujeitos que produzem desigualdades e injustiças. Pocahey (2011, p. 28) afirma que a interseccionalidade pode ser pensada “como um modo de problematizar o que nos faz humanos ou não”. A partir disso, é possível compreender a dinâmica da dominação social, que traz a possibilidade de

⁴ O manifesto ocorria com a ligação entre opressões por sexo, raça, classe, sexualidade e a necessidade do desenvolvimento de uma análise prática baseada no entrelaçamento entre as formas de opressões; importância do Feminismo Negro, como movimento, para combater as opressões às “mulheres de cor”; necessidade de destruir o capitalismo, patriarcado e denunciar o racismo no movimento feminista de mulheres brancas.

entendimento de normas, valores, ideologias e discursos que influenciam tanto a construção da identidade dos sujeitos como as próprias estruturas sociais. Tais categorias sociais não se referem a diferenças “naturais” ou “biológicas”, mas são construídas pela sociedade e estão interligadas.

Na década de 90, a teoria interseccional foi expandida por todo mundo. Essa evidência fortaleceu a luta das mulheres. Isso porque, a partir do reconhecimento da ligação dos sistemas de opressão que funcionam através dessas categorias, as reivindicações passaram a ter um rumo interseccional, unificando forças contra a sociedade opressora (BILGE, 2009).

Os dados acerca da violência contra a mulher reiteram essa diferenciação entre mulheres brancas e negras. Ao mesmo tempo em que a taxa de homicídios de mulheres brancas teve um aumento de 4,5% entre os anos de 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números integrais a diferença se torna ainda mais cruel: entre as mulheres brancas o crescimento foi de 1,7% e entre as mulheres negras foi de 60,5%. Analisando somente o último ano visto, a taxa de homicídios de mulheres brancas foi de 3,2%, a cada 100 mil habitantes; entre as mulheres negras, esse índice foi de 5,6% para cada 100 mil habitantes (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019). Com o crescimento inigualável da violência letal contra mulheres negras em comparação com mulheres brancas é possível observar a dificuldade que o país enfrenta para garantir a totalidade das políticas públicas.

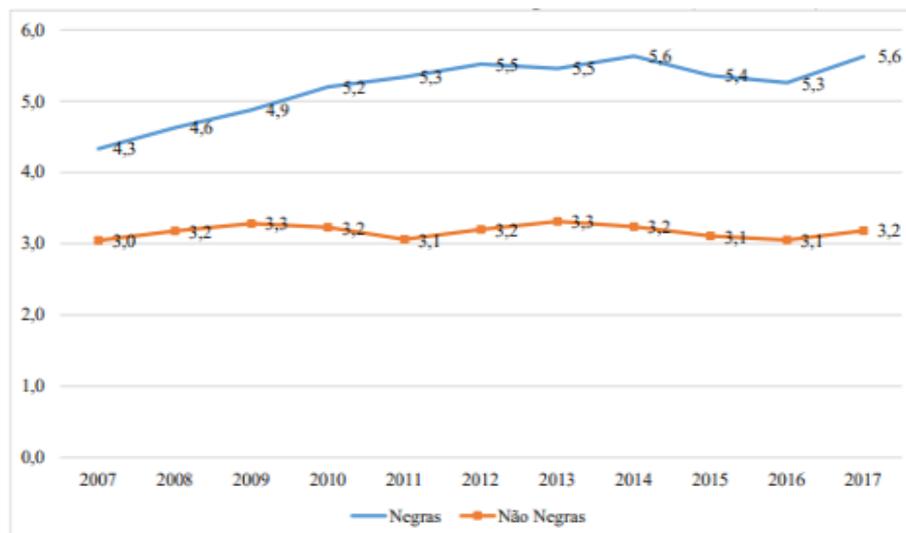


Figura 7 – Evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil, por raça/cor (2007-2017)

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGUAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs: 10:X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Com relação à opressão contra mulheres, segundo o IBGE (2017), o valor diário por família gira em torno de US\$ 5,5, o qual é considerado abaixo da linha da pobreza. Nessa faixa, há uma maior incidência de homens (33,3%) e mulheres (34,3%) negras, enquanto homens e mulheres brancas representam apenas 15%. Ainda, 55,6% das mulheres que recebem até US\$ 5,5 por dia têm filhos com até 14 anos de idade e não possuem cônjuge, sendo 64% mulheres negras.

Embora o capitalismo não tenha criado o machismo, ele se aproveita disso para superexplorar os segmentos sociais, lucrando ainda mais a partir da divisão do trabalho. O sistema capitalista permite que o patriarcado preserve um dos seus pilares – a divisão sexual do trabalho –, que difere não apenas no que é considerado trabalho feminino ou masculino, mas também na desigualdade de acesso aos meios de produção e riquezas produzidos. Com isso, trabalhos considerados como masculinos são mais valorizados e melhor remunerados, enquanto aqueles considerados femininos são desvalorizados ou, muitas vezes, nem são vistos como tal, como é o caso do trabalho doméstico (TOLEDO, 2008; CISNE, 2014).

Assim, enquanto existir exploração de classe, haverá desigualdade, já que as “molas propulsoras” da desigualdade são permeadas pelas relações sociais, de gênero e raça. Por esse motivo, torna-se fundamental compreender que essas opressões estão interligadas (CISNE, 2014). Indo ao encontro dessa afirmação, o

IBGE demonstra em seus dados que a população negra é a maioria na fila de desemprego, chegando a ganhar 56% menos do que rendimento médio dos brancos.



Figura 8 – Taxa de desemprego por cor/raça
Fonte: IBGE (2019).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), relativa ao 4º trimestre de 2018, a taxa de desemprego no período foi de 11,6%, com diferenças significativas entre homens (10,1%) e mulheres (13,5%). Em 2018, as mulheres representavam 45,3% da força de trabalho, ganhavam 79,5% do total do salário pago aos homens e tinham uma jornada semanal de trabalho menor (4,8 horas). Nesse número eram desconsiderados os tempos dedicados aos afazeres domésticos e aos cuidados de outras pessoas. No mesmo ano, o rendimento médio total das mulheres ocupadas com idade entre 25 e 49 anos era de R\$ 2.050,00, enquanto o dos homens, nessa mesma faixa etária, chegava a R\$ 2.579,00 (IBGE, 2018).

Aproximando essa realidade com a do esporte, bons resultados nem sempre são motivos para definir quem ganha mais, pelo menos quando se compara a premiações e salários entre homens e mulheres. Na última temporada das principais modalidades, as mulheres com desempenho superior aos homens faturaram bem menos do que eles. O atleta mais bem remunerado pode receber até 234 vezes o salário de uma mulher que compete na mesma posição dele.

Campeã do Mundial do ano de 2015 no Canadá, a seleção feminina dos Estados Unidos recebeu um total de US\$ 2 milhões, enquanto os homens receberam

US\$ 9 milhões na Copa-2014 no Brasil. A curiosidade é que a seleção masculina foi eliminada nas oitavas de final. No país, as mulheres são unanimidade no esporte olímpico e tetra campeãs da Copa do Mundo de futebol feminino.

O problema não é só no futebol feminino dos Estados Unidos: Lionel Messi, jogador do Barcelona, recebe US\$ 84 mi de remuneração ao longo de um ano, o dobro da remuneração somada de 1.693 jogadoras das principais ligas do mundo (US\$ 42,6 mi). O argentino ganha 65 vezes mais que a brasileira Marta, que recebe US\$ 400 mil anuais para atuar na Suécia. Ainda, o prêmio dado em dinheiro aos campeões da Copa do Mundo também mostra uma diferença gritante entre os gêneros: no último torneio masculino, a seleção da França recebeu US\$ 38 mi; no campeonato feminino, a melhor seleção levou US\$ 4 mi para casa.

Mas não é somente no futebol que a divergência salarial fica evidente: o basquete é o esporte que mais deixa clara essa diferença. O total do pagamento dos salários da liga feminina dos Estados Unidos gira em torno de US\$ 11 milhões; o jogador Kobe Bryant fatura, sozinho, US\$ 25 milhões, sem contar os patrocínios e a publicidade.

A história se repete em outras modalidades também, como no golfe, onde a melhor jogadora ganha salário compatível com o 27º do ranking masculino; no UFC Ronda Rousey – lutadora que ganhou mais dinheiro em uma única luta – ganhou apenas a quarta parte do que Conor McGregor recebeu em 2016 – o maior valor da história do UFC. No tênis, por exemplo, Serena Williams teve o melhor aproveitamento entre homens e mulheres na temporada de 2015. Mesmo assim, ela faturou somente metade do que o número um do mundo no esporte, o sérvio Novak Djokovic. Os dois venceram o mesmo número de competições na temporada. Os Grand Slams⁵ são os únicos campeonatos que distribuem a mesma quantia para ambos os gêneros. A figura abaixo demonstra a diferença salarial entre mulheres e homens no esporte.

⁵ Os torneios de Grand Slam, também chamados de *majors*, são os quatro eventos anuais mais importantes do tênis. Eles oferecem o maior número de pontos no ranking mundial, prêmios em dinheiro, atenção do público e da mídia.



Figura 9 – Diferença salarial entre homens e mulheres nos principais esportes (2015)
 Fonte: Site *Mais Esportes*. Disponível em:
https://www.df.superesportes.com.br/app/noticias/mais-esportes/2016/04/01/noticia_maisesportes,60693/homens-chegam-a-receber-234-vezes-mais-que-mulheres-no-esporte.shtml.

Além disso, não se pode esquecer das mulheres pertencentes à comunidade LGBT+: lésbicas, bissexuais, transexuais ou qualquer outra conjuntura da população que se identifique como mulher. Essa comunidade também sofre diariamente os mais variados tipos de opressão. Segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), em 2019, os casos de violência contra mulheres lésbicas e bissexuais aumentaram. De acordo com dados do Atlas da Violência, entre os anos de 2015 e 2016, 51,4% das vítimas de violência LGBT eram mulheres lésbicas. No mesmo caminho, 8,1% das vítimas eram mulheres bissexuais. Já entre homens gays e bissexuais, os índices foram de 37,8% e 2,7%, respectivamente.

De acordo com o Transgender Europe (TGEU), organização que controla os assassinatos de pessoas transexuais pelo mundo, entre outubro de 2017 e setembro de 2018, 167 pessoas trans foram assassinadas no Brasil. Com apenas 47% das mortes notificadas, o país lidera o ranking mundial de assassinatos de travestis e transexuais. Dados do relatório Antra mostram que, entre janeiro e dezembro de 2017, 179 travestis, mulheres transexuais e homens trans foram assassinados em território brasileiro. Esse número corresponde a um assassinato a cada 48 horas.

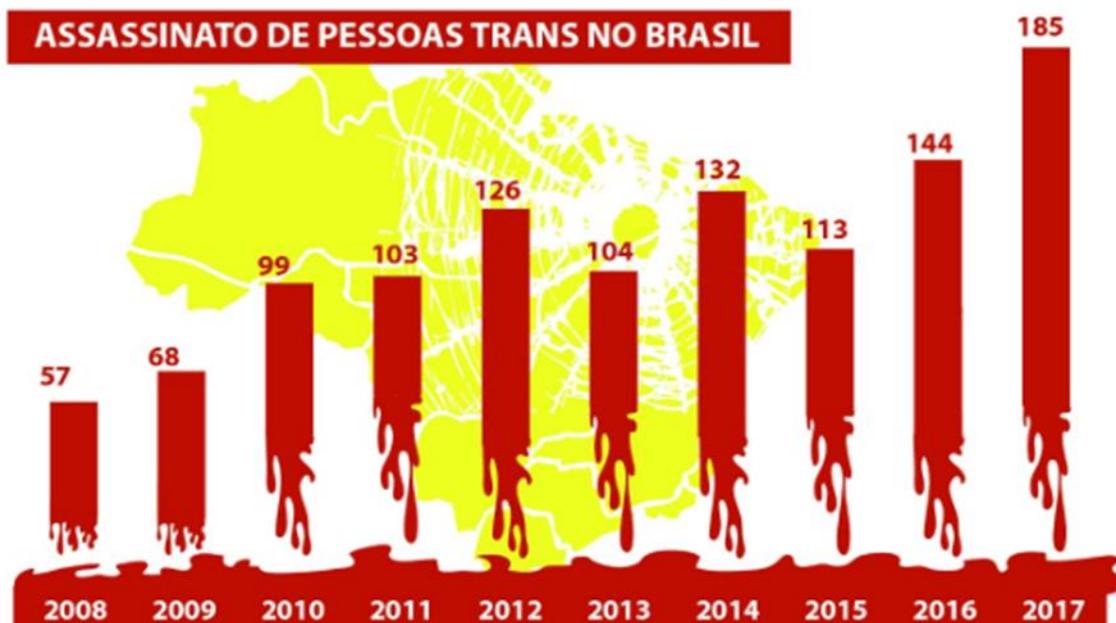


Figura 10 – Índices de assassinato de pessoas transexuais no Brasil (2008-2017)
 Fonte: Revista AZMina. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/uma-pessoa-trans-e-morta-a-cada-48-horas-no-brasil/>.

Esse número corrobora com o que foi mostrado pelos dados da TGEu citado acima e ilustra um aumento significativo de assassinatos dessa população nos últimos anos. Segundo a pesquisa, uma pessoa trans tem mais chances de ser vítima de assassinato do que uma pessoa cisgênera. Essa violência ocorre com maior frequência entre travestis e mulheres transexuais negras: elas possuem menor acesso ao mercado de trabalho, menor escolaridade e baixo número de políticas públicas voltadas a sua subjetividade. A população negra e parda corresponde a 82% dos assassinatos.

Portanto, o feminismo pode ser definido como a luta por uma sociedade mais igualitária, sem hierarquia de gênero, raça e classe; uma luta contra a violência estrutural, contra o sistema capitalista-patriarcal, a exploração e todas as formas de opressão presentes nesse sistema. Porém, o feminismo é plural e representa a luta para que todas(os) sejam reconhecidas(os) como sujeitos de iguais direitos, independentemente da classe, raça, orientação sexual ou gênero. O movimento se caracteriza como a luta para que nenhuma mulher tenha seus direitos, seu corpo ou seu psicológico violados, para que esses sujeitos tenham a liberdade de ser quem quiserem ser. Assim, as mulheres poderão ocupar na sociedade o lugar que é seu por direito, seja nas profissões, na política ou em espaços que são errônea e tradicionalmente associados aos homens.

3.1 Mulheres, sociedade e opressões

A leitura dos parágrafos anteriores deixa evidente a diferença entre o ser homem e ser mulher na sociedade atual. Há uma diversidade de atitudes, comportamento e valores atribuídos a cada um. Contudo, tais divergências, muitas vezes, ultrapassam o campo das diferenças e se tornam desigualdades e discriminações.

Neste espaço, estabelecem-se as concepções e visões sobre as relações de gênero em voga da sociedade atual. No início da década de 90, já era possível escutar e ler sobre o uso da palavra “gênero” nas entrelinhas da sociedade: ela circulava, inclusive, em textos das Nações Unidas, particularmente em documentos de Pesquisa. Até então, o termo era mais utilizado em documentos específicos e produzidos para análises sobre o desenvolvimento e a população. Quando surgia a temática das desigualdades entre homens e mulheres, eram mobilizadas categorias como “status” ou “papéis sociais”.

Duas décadas de teorização antecederam a legitimização do termo. Scott (1990) enfatiza que o uso da palavra “gênero” como forma de conceituar e examinar as desigualdades encontradas entre homens e mulher coincidiu com a agitação dos anos 70, levando em consideração que as teorias disponíveis na época não incluíam as indagações teóricas feministas. Sexualidade e gênero devem ser vistos como domínios da vida social que tanto se interseccionam quanto se distinguem. Seguido de muita crítica quanto à interpretação do termo “gênero, nas várias conferências da década de 90 utilizou-se a forma “clássica” de definição do termo. Esta foi divulgada por agências vinculadas aos Estados e também aos movimento feministas, como é possível observar na definição produzida pela iniciativa HERA (1998):

Gênero se refere ao conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que significa ser mulher ou homem na vida social. Na maioria das sociedades as relações de gênero são desiguais desequilibradas no que se refere ao poder atribuído a mulheres e homens. As relações de gênero, quando desiguais, tendem a aprofundar outras desigualdades sociais e a discriminação de classe, raça, casta, idade, orientação sexual, etnia, deficiência, língua ou religião, dentre outras. Os desequilíbrios de gênero se refletem nas leis, políticas e práticas sociais, assim como nas identidades, atitudes e comportamentos das pessoas. Os atributos e papéis relacionados ao gênero não são determinados pelo sexo biológico. Eles são construídos histórica e socialmente e podem ser transformados.

A denominação gênero resulta de um conceito desenvolvido pelas Ciências Sociais para verificar as identidades masculinas e femininas na construção sócio-histórica da sociedade. Essa teoria revela que entre, todos os elementos, existem discursos de sustentação e ideologia sexual. Essas alegações comprovam a ordem estabelecida e amparam a hierarquização dos homens e das mulheres na sociedade. São convicções que determinam o que é característico do homem e da mulher e, a partir daí, indicam os direitos, espaços, condutas e atividades para cada um. (SALZSMAN, 1992).

Quando se discute acerca das questões de gênero, é possível escutar diversas falas. Dentre elas, destacam-se: as mulheres estão ocupando um maior lugar dentro da sociedade ou a mulher está ocupando o seu espaço, está conquistando seu espaço de fala. Sabe-se que todas essas falas estão corretas. No entanto, é verídico que ainda existem muitos espaços, comportamentos e atividades em que a mulher precisa ser vista. O movimento feminista, como já visto, tem grande relevância nessas conquistas. É ele que vem lutando, ao longo de décadas, pelos direitos da mulher dentro da sociedade.

Nesses espaços sociais de predominância masculina – e muitas vezes opressora –, é preciso despertar a consciência de que a mulher pode e deve ocupar o mesmo lugar dos homens, visto que a herança do patriarcado ainda faz com que o gênero feminino seja visto de forma inferior. A partir desse pressuposto, conversou-se com o professorado sobre a forma como as relações de gênero se relacionam com a sociedade. Sobre essa temática, há algumas colocações importantes. Elas mostram o quanto os indivíduos evoluíram enquanto seres sociais no que concerne à equidade entre homens e mulheres. Entretanto, fica claro que ainda existe um caminho longo a percorrer: na fala do professorado, foi possível notar essa melhora, ao mesmo tempo em que está presente também o entendimento de que a sociedade ainda é muito machista. Tal aspecto é apontado pelo entrevistado P.1 ao afirmar que:

Assim na sociedade eu vejo que a gente tá an an engatinhando né na questão de direitos entre mulher e homens, é difícil falar assim an an sendo homem, por mais que a gente pense como as coisas podem ser difícil se colocar no lugar de uma pessoa que sofre com isso, eu não sou privilegiado vamos dizer assim, porque as coisas pra mim, pro homem são muito mais fáceis, eu tenho uma clareza bem tranquila em relação a isso, é por tudo é transito é é qualquer coisa que eu faça vai ser muito mais fácil pra mim, qualquer coisa não mas a maioria das coisas que eu fizer, tanto como professor, como professor também a porque ele é homem e como é que

consigo fazer as coisas, tu só consegues fazer as coisas porque é homem a que se fosse mulher não ia conseguir fazer. (P.1)

A diferença entre homens e mulheres é uma construção social e cultural, e não biológica. Em outras palavras, essa desigualdade não é imposta pelas diferenças biológicas entre os gêneros, e sim por uma tessitura cultural que define papéis, normas, comportamentos e atitudes associados a cada sexo.

A partir da consolidação do capitalismo, existe a ideia de que ocorre uma divisão entre esferas pública e privada, sendo que a esfera privada é considerada como o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado. A esfera pública é considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade, do direito. (SÃO PAULO, 2003, p. 30)

A mulher, através dessa perspectiva, tem um papel social definido: cuidar dos filhos, da família e da casa. Quando essa mulher decide sair para trabalhar ou ocupar seu espaço social, além de cumprir o papel esperado, enfrenta uma sociedade que dificulta todo o cenário para ela. É possível utilizar como exemplo desse fato a fala de um professor entrevistado, quando este declara a forma como o homem e a mulher são vistos no trânsito e o quão costumeiro é, nesse ambiente, escutar falas machistas do tipo: “vai dirigir um fogão”, “só podia ser mulher”. Outro exemplo das dificuldades na vida social da mulher pode ser visto na maneira com que o professor homem é respeitado dentro do espaço escolar. Em contraponto à mulher, embora o homem também tenha o seu papel definido, ele é visto como o provedor, ou seja, aquele que sustenta a casa e a família. Por todas essas características atribuídas ao gênero masculino, as tarefas e o processo de viver em sociedade se tornam muito mais acessível. Tal aspecto é apontado pelo entrevistado P.4 ao afirmar que:

Eu vejo que a mulher tem que lutar cada vez mais pelo seu espaço e que tá conseguindo, porém ainda não de forma igualitária aos homens, né, a mulher é vista aquela que, bom, quer trabalhar ok, mas tu tens tuas funções dentro de casa e que tu deve fazer, né, então a gente vai pra um, pra um ambiente de confraternização que quem lava a louça é a mulher, porque a mulher é que tem que lavar a louça, que faz o churrasco é o homem, o homem que tem que fazer o churrasco, né, então ainda ãn... se tem isso e é engraçado porque vem ser uma discussão como a reforma da previdência e aí quando a gente pega e aumenta nosso tempo de trabalho, ah... os homens diz: vocês não querem igualdade? Porém não tá sendo considerado que a gente não recebeu igualdade ainda num ambiente doméstico que ainda a gente tem a sobre carga que é da mulher até hoje com raríssimas exceções quem é quem lava, quem é quem cuida dos filhos, quem é quem faz a comida, bom, visto que não tempo empregados, nós somos empregadas domesticas, só aí eu acho que é um grande sinalizador de como a mulher é vista, né? (P.4)

Dados de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o tempo dedicado aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos dos homens é de 10,5 horas semanais, enquanto das mulheres é 18,1 horas. Esse número representa 72% a mais do que o tempo dedicado pelos homens.

Em relação à igualdade de gênero na sociedade, Bichara (2001, p. 21) destaca que “as mudanças ocorridas na sociedade parecem não estar ocorrendo em velocidade suficiente para fornecer oportunidades iguais para meninos e meninas”. A autora ainda corrobora com a fala anterior quando “questiona o porquê dos estereótipos, incluindo o de gênero, serem tão resistentes à mudança”. Para ela:

Uma explicação poderia ser a de que a estereotipia poderia ser considerada como um processo cognitivo normal. Objetivando organizar eficientemente uma grande soma de experiências vivenciadas no dia-a-dia, as pessoas criariam representações simplificadas estruturadas em torno de modelos. Assim, tanto para conceitos sociais (gênero, por exemplo), como para conceitos não sociais (uma espécie animal, por exemplo) as características comuns dos modelos seriam altamente reconhecíveis e anomalias (como um menino com cabelos grandes, girafa com pescoço pequeno etc.) seriam difíceis de serem incorporadas. (BICHARA, 2001, p. 21)

Ao encontro do que foi discutido até aqui, o professor identificado como P.2 defende que, se as pessoas estudassem um pouco de história, de como surgiu o patriarcado, o machismo, o capitalismo e até mesmo as instituições religiosas – sistemas esses que sempre foram pilares da desigualdade entre homens e mulheres –, provavelmente essas diferenças fossem muito menores. Sobre isso, o entrevistado P.2 afirma que:

A maioria das pessoas deveriam estudar história primeiro pra saber como ta aqui, pra não repetir os erros que acontecem lá atrás porque quem não conhece história tende a repetir os, os erros, então lá atrás com aquela coisa de igreja católica, de sociedade, se construiu esses conceitos de família, de fragilidade da mulher e a mulher era só pra reprodução... acho que a gente pode ajuda a acelera esse processo, certo? acho que a mídia pode ajuda a acelera muito esse processo também, mas as vezes falta, da própria mulher se, se posicionar. (P.2)

Em pleno século XXI, ainda existem desabafos como o da professora aqui identificada como P.4. Esse discurso deixa evidente a forma que a mulher ainda é vista na sociedade:

Eu recebo as mesmas coisas que os meus colegas, recebo, sabe, como eu sou aqui dentro... eu sou respeitada que nem homem, né, eu tive... 2 anos na coordenação e tu via que muitas coisas não se avançavam porque era uma mulher que tava ali, sabe, então não deixavam, em alguns casos, não deixavam por eu ser uma mulher, então deixa que eu vou e faço... Entende? Mas como assim eu sou incapaz de fazer? Então isso ainda tem e é muito forte, muito forte, né, ãn... que é uma, uma outra questão e eu vejo que isso, percebo que essa questão das mulheres tentarem tanto por causa disso porque a gente ainda sofre, então, sofre dentro do trabalho, sofre na, na vida pessoal. (P.4)

A discussão da divisão sexual do trabalho e o papel da mulher no mundo atual existe há mais de um século. Foi na passagem do sistema feudal para a Revolução Industrial que a mulher foi incluída aos meios de produção, de início por necessidade e interesse, e não por lugar de direito. Mesmo com o crescimento escolar das mulheres e os avanços efetivos em direção aos postos mais qualificados, na prática, o número de mulheres que ocupam cargos mais elevados é limitado.

A competência no trabalho está diretamente ligada ao conhecimento e às habilidades, além de um conjunto de características sociais e comunicativas que o pretendente à determinada vaga deve cumprir. É, portanto, uma forma de agir responsável, particularidades que são reconhecidas por outras pessoas. Como destaca Nogueira (2004, p. 18), “o mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizavam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e por atividades adaptadas as suas capacidades inatas”.

O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho pode ser observado através das conquistas por maior equidade e autonomia. Os indivíduos que procuram se qualificar têm a liberdade de desfrutar de oportunidades iguais para desenvolver suas competências, aptidões e conhecimento, independentemente do gênero. Para que isso ocorra, é extremamente necessário que as instituições promovam e desenvolvam políticas de igualdade, que levem em consideração a qualificação e a experiência como principais motivos para o recrutamento.

No momento atual, muitas mulheres, além de trabalhar fora, cuidar de casa, dos filhos e da família, dividem as despesas, quando não são as responsáveis integrais pelo sustento da casa. Analisando a divisão sexual do trabalho, a herança deixada pelo patriarcado e a forma que a mulher sempre foi vista na sociedade, enraizou-se a convenção social de que ela foi feita para cuidar do núcleo familiar e/ou exercer atividades de cuidado, enquanto o trabalho produtivo era relegado ao gênero

masculino. A prática produtiva da mulher concentra-se em ações com características femininas, “como o serviço doméstico, professoras, enfermeiras, assistentes sociais” (SÃO PAULO, 2003, p. 31).

Quando a mulher passa a ocupar espaços de chefia, como no exemplo da fala da P.4, ela sofre preconceito por preencher um espaço visto como masculino por direito. Segundo dados do IBGE (2016), no Brasil, 60,9% dos cargos gerenciais eram ocupados por homens e apenas 39,1% pelas mulheres. Mesmo que as mulheres correspondam a mais da metade da população do país, elas ainda não ocupam várias esferas da vida pública. Esse fato fortalece a necessidade de políticas direcionadas para a redução da desigualdade de gênero.

3.2 A opressão à mulher e a educação

Como já mencionado, a tentativa de subjugação do gênero feminino na sociedade atual ainda é evidente em diversos âmbitos, nos quais a mulher tem lutado para ocupar o espaço que é seu por direito. Na educação não seria diferente. A história da inserção da mulher no sistema educacional vem desde a época do Brasil Colônia, quando as mulheres não tinham direito de frequentar a educação formal. Para algumas, havia a opção de aprender a ler e escrever se entrassem para o convento. Assim, no Brasil, o ensino só foi disponibilizado para as mulheres a partir do período do Império, quando as meninas eram educadas em casa, sendo o ensino voltado para a aprendizagem de tarefas domésticas. A partir de 1758, as mulheres puderam frequentar a escola; porém, de forma restrita, já que meninos e meninas não podiam estudar na mesma sala de aula.

Após a independência do Brasil, em 1827, foi editada a primeira lei que regulamentava o ensino primário, designando aos professores o ensino da leitura e escrita, operações básicas de aritmética, gramática nacional e os princípios da moral cristã. Todavia, as meninas não tinham o mesmo acesso aos conhecimentos que os meninos. Disciplinas como Geometria só eram ensinadas para meninos, enquanto as meninas aprendiam disciplinas dedicadas à educação para o lar, confirmando a construção social que coloca a mulher como um sujeito autônomo, mas dependente do homem. Para Beauvoir (1970, p. 11), “a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele”.

Tal discriminação não era vista somente no ensino básico, mas também pelos profissionais de educação, que tinham seus salários diferenciados: professoras recebiam menos que professores, apesar de exercerem a mesma profissão. Além disso, a carga horária dos meninos era maior que a das meninas, e apenas professores homens poderiam lhes ministrar aulas, ou seja, estes acabavam tendo uma carga horária maior e recebendo mais por isso. Indo ao encontro do exposto, surge a fala do entrevistado P.5, que aponta as divisões entre os professores ocorridas na instituição: “aqui na escola técnica os concursos para professor de educação física chegaram a ser professores para o masculino e professoras para o feminino” (P.5).

Mesmo com a Lei de Igualdade Salarial, as “brechas” permitiam que mulheres ganhassem menos que os homens. Essa prática acabou resultando em uma “feminilização” do magistério, o qual era dominado pelo sexo feminino, embora os cargos de chefia fossem ocupados, em sua maior parte, pelo sexo masculino.

O acesso ao ensino superior não manteve a mesma tradição do magistério até o século XX. Segundo Aranha (2006, p. 230):

As mulheres achavam-se excluídas da possibilidade de acesso aos cursos superiores, mesmo que se preparassem adequadamente em escolas particulares ou com preceptores. Isso porque para tal não se exigiam diplomas, mas era necessário fazer os exames preparatórios aplicados pelo Colégio D. Pedro II, destinados exclusivamente ao público masculino.

A espanhola Juliana Morell foi a primeira mulher no mundo a concluir o ensino superior, em 1608, no curso de Direito Canônico. Em 1837, as mulheres americanas entraram no ensino superior com a criação da *Women's College*, uma universidade exclusiva para mulheres (PEREIRA, 2017). No Brasil, a mulher obteve o direito de cursar o ensino superior somente a partir do Decreto Imperial, porém os exames para o acesso ainda eram restritos ao sexo masculino. Em 1887, Rita Lobato Velho Lopes consagrou-se como a primeira mulher no país a ingressar no ensino superior, como aluna do curso de Medicina, no Rio de Janeiro. Ela concluiu seu curso na Faculdade de Medicina de Salvador, na Bahia. Em 1902, tornou-se a primeira médica do Brasil.

Atualmente, as mulheres ocupam o maior número de vagas das universidades do Brasil, conforme o relatório de pesquisa realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Dentre o número de ingressantes, as mulheres correspondem a 53,9% dos calouros. Já entre os concluintes do ensino

superior, 59,9% são mulheres e 40,1% são homens. Ainda, conforme o Censo do Ensino Superior, em 2016 as mulheres ocupavam 71,6% dos cursos de licenciatura ou voltados à formação de professores. O contrário ocorre com cursos da área de ciências, como Biologia, Farmácia, Engenharias, Matemática, Medicina, Física, Química, Ciência da Computação, entre outros, nos quais a maioria dos alunos é do sexo masculino.

De acordo com o IBGE, as mulheres têm nível de escolaridade superior ao dos homens. Os números apontam que, na população masculina acima de 25 anos de idade, o número de homens sem instrução ou com ensino fundamental incompleto chega a 50,8%, enquanto a população feminina corresponde a 47,8%. A participação do público feminino com curso superior completo só foi inferior ao público masculino na faixa dos 60 anos de idade, reflexo da restrição histórica de acesso da mulher ao ensino superior.

É necessária uma mudança no pensamento da sociedade com relação a homens e mulheres. Sendo assim, Butler (2003, p. 19) menciona que:

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das 'mulheres', o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação.

Dessa forma, é possível observar, que dentro do cenário atual, a realidade da mulher na educação, assim como na sociedade em si, passou por diversas transformações. Essas mudanças possibilitaram a obtenção de várias conquistas. No entanto, ainda não são conquistas suficientes para que a mulher tenha autonomia e seja vista como ser humano e social que tem pleno direito de usufruir integralmente dos direitos em todas as esferas da sociedade.

A escola, por ser um dos primeiros ambientes sociais frequentados pelo indivíduo, tem um papel que vai muito além de ensinar conteúdos pré-destinados às disciplinas: ela também deve cumprir a função de trabalhar, questionar e orientar a relação entre os gêneros, através de didáticas que possam modificar esses comportamentos discriminatórios tão presentes em sociedade.

Nesse ambiente, a criança/adolescente interage socialmente. Sendo assim, a instituição escolar tem papel fundamental na formação dos cidadãos: é nela que os sujeitos apreendem valores, crenças e conceitos. Para que não se criem relações de

poder entre meninos e meninas na escola, é necessário que os profissionais tenham uma formação que leve-os a pensar de forma crítica diante das condições pré-estabelecidas pela sociedade. Dessa maneira, os educadores dispõem de recursos para não permitir que fatores culturais e sociais interfiram na formação do alunado, estabelecendo relações que permitam amplo desenvolvimento e que excluam qualquer forma de dominação e exploração.

Cada escola, sendo um grupo social, tem autonomia. Entretanto, diferente de outros grupos sociais, a instituição escolar possui suas características atreladas à localização, ao tipo de ensino, ao público, etc. Isso significa dizer que o ambiente externo à escola influencia na dinâmica da própria. É importante entender como a sociedade vem se mostrando para compreender como a escola tem lidado com ela.

A sociedade determina estereótipos de gênero culturalmente e a criança se torna o que é esperado dela. As crianças e adolescentes imitam atitudes e valores do mundo adulto: elas não chegam à escola “cruas”. Mesmo sem conhecer os significados dados a certas ações, símbolos e posições sociais, elas reproduzem, desde muito, certos papéis sociais atribuídos a menino e menina através de suas brincadeiras.

É preciso entender que existe um longo caminho pela frente no que diz respeito a papéis e relações sociais. Esses ainda são construídos pela forma com que o homem e a mulher são vistos na sociedade. Uma vez que esses papéis são bem definidos, toda e qualquer forma que questione esse ciclo será vista como algo que foge do “normal”. O homem tem suas características ligadas à sabedoria, à força, ao prestígio e a mulher à sensibilidade e à submissão. Infelizmente, na escola essa situação ainda ocorre: muitas vezes, as meninas são excluídas de atividades que exijam tomadas de decisão, força, velocidade, assim como os meninos não participam de atividades mais “sensíveis” ou que necessitem de concentração, como aulas de dança e ginástica. Esse tipo de situação não ocorre por culpa da escola ou do professor, e sim porque, por trás dessa dinâmica, existe uma cultura e uma sociedade que reafirmam essas características de gênero todos os dias. Assim, já está internalizado o lugar do homem e o lugar da mulher. Nesse sentido, a função da escola é desconstruir esses preconceitos ligados aos estereótipos de gênero definidos socialmente. Como enfatiza Itani (1998, p. 119):

Pode-se mesmo afirmar que o preconceito faz parte de nosso

comportamento cotidiano. Frequentemente nos defrontamos com atitudes preconceituosas, seja em atos ou gestos, discursos e palavras. A sala de aula não escapa disso. E trabalhar com essa questão, ou mesmo com a intolerância, não está dentre as tarefas mais fáceis de professor.

Em relação à escola, os professores entrevistados também apresentam uma visão bastante significativa de como funcionam as questões de gênero. Tal aspecto é apontado pelos entrevistados P.1, P.3 e P.6 ao afirmarem que:

O ambiente escolar na verdade é um reflexo da sociedade né, então eu não vejo muito diferente dentro da escola, an a gente tem cursos aqui que são quase que exclusivamente com meninas, tá que é o curso de vestuário e o que não são meninas são gays, então assim e eu vejo assim que tem um certo, um certo não, tem um preconceito absurdo em relação a isso. (P.1)

Na escola notamos que também há muita resistência, os alunos principalmente os meninos, os meninos são muito machistas, mas eu como professora eu tento atenuar, amenizar, intervir sempre que é possível pra tentar mante a igualdade. (P.3)

Eu no ambiente que trabalho hoje, a uma repercursão dessas discussões que estão acontecendo na sociedade dentro do ifsul, e eu acredito que o ambiente escolar é um dos ótimos ambientes onde pode gerar essas mudanças também para o futuro... No If existe um setor que envolve essas questões mais diretamente, é bem legal assim o trabalho, então nós temos, é uma servidora, tem até um espaço físico, uma sala muito legal, muito bonita, o ambiente visual ele é importante também, eu acho bem legal aquela sala ali, e quando a gente vê que tem alunos, lá no ifsul a gente tem alunos de diversas origens, de diversos lugares, eles tão precisando desse apoio ou porque tão com essa dificuldade não sabem com que gênero se identificam ou se são guris e se identificam com o gênero feminino ou vice e versa, eles encontram ali naquele setor um amparo. (P.6)

Essa opressão é reproduzida por todas as divisões da sociedade, inclusive dentro da escola. Sobre esse ponto, Rohden (2009, p. 164) aborda a importância da escola e do professor na exclusão do preconceito:

[...] e a importância da escola na eliminação do preconceito e de práticas discriminatórias, devendo incorporar a discussão não apenas em datas comemorativas, mas na própria dinâmica das relações entre alunos e professores e no material didático utilizado. Assim o cursista é levado a refletir sobre a organização do ambiente escolar, as relações que se estabelecem nesse espaço e o tipo de material didático que utiliza diante das representações sobre as relações de gênero, raça/etnia, orientação sexual/ sexualidade correntes na sociedade brasileira.

Nessa mesma linha de pensamento, Costa e Silva (2002) tratam da relevância da desconstrução de crenças e mitos estabelecidos pela sociedade, pelos agentes ativos do sistema educacional. Para que seja viável o combate de práticas

discriminatórias, a escola precisa ser um ambiente que aproxima os indivíduos dos debates, tornando-os críticos da realidade que vivem.

Os atores e atrizes desse cenário que é a escola, trazem uma bagagem cultural proveniente da sociedade que estão inseridos, carregam uma série de crenças, costumes, valores, atitudes e comportamentos que infiltram-se no ambiente escolar. Essa multiculturalidade não pode ser vista somente como um ponto negativo, pois um dos principais papéis sociais da escola é oportunizar a experiência de conviver e respeitar o diferente. Para Vianna (2003), uma das funções da educação é a transmissão de modelos culturais, valores e concepções.

Ao observar o problema da desigualdade de gênero como algo acumulado a partir de uma sociedade patriarcal, que ano após ano vem reproduzindo distinções e discriminações, pode-se deduzir que muitas condutas e atitudes vistas no interior da escola são uma consequência dessa sociedade e, por vezes, são cometidas involuntariamente.

3.3 Educação Física – uma prática opressora às mulheres?

Há uma grande distinção entre o que é ser homem e mulher na sociedade. Os papéis sociais de cada gênero são opostos, da mesma maneira que as características vistas como “naturais/normais” para mulheres e homens são distintas. Prova disso é que, ao se idealizar uma menina, provavelmente a imagem que se vem à cabeça é uma criança brincando de casinha ou de boneca. Em contrapartida, ao imaginar um menino, a imagem que vem à mente está associada à corridas, carrinhos e jogo de bola. Além disso, quando se espera o nascimento de uma filha ou filho, a história se repete: se o bebê for uma menina, já se começa a pensar nas roupinhas rosa, o par de brincos, e até mesmo na carreira que vai seguir – professora, enfermeira e atividades que se relacionem ao cuidado. Sendo menino, a história é outra: roupinhas azul, bola de futebol, bicicleta; em relação à profissão, ele poderá ser jogador de futebol, médico, engenheiro, advogado e qualquer outra função que inclua tomada de decisão.

A Educação Física é uma área privilegiada para o estudo das relações de gênero, por lidar diretamente com questões da cultura corporal, abordando o esporte, o jogo, as lutas, as ginásticas, as atividades rítmicas, expressivas e os conhecimentos sobre o corpo (BRASIL, 1998). Dessa forma, a disciplina leva o

aluno a “apreender a expressão corporal como linguagem” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 62). No entanto, ela ainda é um território que hierarquiza as diferenças entre homens e mulher.

Durante sua trajetória no Brasil, a Educação Física mostrou-se uma prática segregadora, de caráter estereotipado, na qual, para ser considerado saudável, era necessário ser branco, heterossexual e de religião judaico-cristã. A disciplina originou-se a partir de características que priorizavam a eugenia da raça, buscando um padrão de sociedade que atendesse às necessidades da época. (SOARES, 1994; DARIDO, 2005). Dessa forma, para favorecer para este estudo, será realizada uma pequena reflexão sobre a história da Educação Física, com o intuito de entender o entrelaçamento existente entre ela e as questões de gênero.

A origem da Educação Física é conectada principalmente às instituições militares. Em 1860, a ginástica alemã chegou ao Brasil. No ano de 1907, foi fundada pela força policial em São Paulo a primeira escola de Educação Física. Em 1922, criou-se o centro militar de Educação Física, com o objetivo de difundir o método ginástico Francês. A primeira turma de Educação Física do Brasil foi formada no centro provisório de Educação Física do Rio de Janeiro, em 1928. Já em 1929, aprovou-se um anteprojeto que obrigava a prática de exercícios físicos por todos brasileiros, a partir do 6 anos de idade. Nesse período, os professores saíam dos cursos formadores das academias militares. A Educação Física surgiu na grade curricular da escola na metade do século XX, com as reformas educativas. A disciplina, de início, estava ligada diretamente à concepção higienista. Sendo assim, os exercícios físicos tinham o papel de formar um corpo saudável, forte, bonito, qualidades que, para a época, eram essências para a família brasileira.

Com essa estreita ligação da Educação Física aos militares e médicos, é possível imaginar a forma como a mulher era vista na sociedade: existia muita discriminação, e o papel social atribuído a homens e mulheres era muito diferente. As mulheres eram responsáveis pelos afazeres domésticos, o que, na concepção da época, era compatível com a maneira como ela era rotulada: fraca e inferior ao homem. Este último deveria ser forte e sua vida precisava ser voltada para o trabalho nas indústrias ou para a carreira militar.

A mulher deveria ser educada para contribuir na reestruturação da raça. Sua principal função era gerar filhos saudáveis para o país. Nesse período, a mulher era

considerada frágil e delicada e precisava voltar sua atenção somente para procriar, ser mãe e esposa (SOARES, 1994). O professor tinha o papel de orientar os exercícios de forma diferente para homens e mulheres. Com a Educação Física, era possível “desenhar” os estereótipos ideais para o corpo feminino e masculino. Nesse cenário, o papel da mulher e do homem estava ligado às características biológicas de cada um e não era visto como uma construção social.

Durante o Estado Novo, a Educação Física tinha o dever de “adestrar” a população, ou seja, prepará-los para defender a pátria. Na indústria, o papel era o de educar o trabalhador, melhorar a saúde, a socialização e fazer com que eles se sentissem valorizados. A legislação brasileira contribuiu para o afastamento das mulheres das aulas de Educação Física. Destaca-se o decreto lei nº 3.199, de 1941: em seu artigo 54, o documento afirmava que às mulheres só eram permitidas atividades compatíveis com suas condições de natureza. O Conselho Nacional dos Desportos (CND), com a deliberação nº 7/65, trazia as práticas desportivas autorizadas para mulheres:

a) às mulheres, se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação.

b) não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo-aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball.

c) as entidades máximas dirigentes dos desportos do país poderão estabelecer condições especiais para a prática de desportos pelas mulheres, tendo em vista a idade ou o número incipiente de praticantes em determinada modalidade, observadas, porém, as regras desportivas das entidades internacionais.

d) no caso de desporto que não seja dirigido por entidade internacional, a dirigente no Brasil deverá solicitar ao CND a devida autorização para que possa ser praticado pelas mulheres.

As leis nº 5.540/1968 e 5.692/1971 eram amplamente evidenciadas no Decreto-Lei nº 69.450/1971 (BRASIL, 1971). Este último, no art. 1º, refere-se à Educação Física como sendo “atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do

educando [constituindo-se em] um dos fatores básicos para a conquista da educação nacional” (BRASIL, 1971). Tais legislações davam características ainda mais tecnicistas para a Educação Física, influenciando o caráter sexista das aulas. Ademais, elas refletiam a ideia hegemônica de segregação, negando o acesso das mulheres às mais variadas manifestações da cultura corporal. Essa proibição se manteve durante 14 anos e somente em 1979 foi revogada. Apenas em 1986 foi reconhecida a necessidade de estimular as mulheres na participação das várias modalidades esportivas (SOUZA; ALTMANN, 1999).

Nas décadas de 70 e 80, houve um crescimento na área de ginástica. Também nos anos de 1970, ocorreu o desenvolvimento da pós-graduação no país. Somente nos anos de 1980 apareceram as preocupações com a Educação Física escolar (BRASIL, 1969). Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), a Educação Física passou a ser considerada um componente curricular, deixando de ser a prática por prática e ganhando sentido no campo escolar.

Os estudos com a temática de gênero têm procurado complexificar a distinção natural e biológica entre homens e mulheres. Eles buscam demonstrar que pensar no corpo apenas fisiologicamente, esquecendo da sociedade e da cultura, seria um engano. As relações de gênero e o corpo também são produzidos dentro da escola e da Educação Física (ALTMANN, 2015). Quando as aulas de Educação Física trazem o esporte como tema principal, tornam-se ainda mais excludentes, pois, segundo Furlan e Lessa (2008, p. 34):

Nas aulas de educação física, os atos de exclusão se reforçam na medida em que o conteúdo central é o esporte, pois, sendo conteúdo generificado e generificador, já trazem seu contexto histórico a problematização de gênero, reafirmando os preconceitos estabelecidos em outros tempos sobre a participação feminina nessas aulas. A igualdade desejada nas aulas de educação física não deve ser uma comparação entre meninos e meninas; o importante nesse processo é valorizar a diferença e a contribuição individual para todos os meninos e meninas, proporcionando atividades que possam ser praticadas por todos, contribuindo para a construção do ser social.

Dessa forma, a Educação Física, demonstrando técnicas e movimentos que devem ser realizados pelos alunos, pode contribuir para que meninas acreditem não ser capazes de executá-los. Duarte (2017, p. 38) ressalta que:

para construir um perfil de sucesso na educação física escolar, é preciso que alunos executem e treinem a técnica dos movimentos, repetindo exercícios e realizando disputas e enfrentamentos. Talvez esta seja uma das razões para

que muitas meninas acreditem que seu corpo, considerado mais frágil e menos apto que o dos meninos, não esteja preparado para a prática desta disciplina, sobretudo quando seu conteúdo é esporte. Entretanto, estamos cientes de que as diferenças de habilidade entre os sexos não significam desigualdade de condições para a construção das corporeidades entre alunos.

Considerando todos os aspectos abordados até o momento, fica evidente a necessidade de estimular as crianças a brincarem com atividades variadas, a fim de promover o desenvolvimento de habilidades importantes para a vida adulta. Assim, meninos e meninas devem ser incentivados a brincar com aquilo que mais se identificam, independentemente do seu gênero. Leal (2017, p. 101) afirma que:

Ao estimularmos as crianças a brincar com vários tipos de brinquedos, proporcionamos a chance de desenvolver habilidades que vão ser importantes para o futuro, até mesmo para a escolha profissional. Se uma menina se diverte melhor com os blocos, podemos acreditar que tem muita chance de um melhor desempenho da área da engenharia, e se um menino se divertir mais com as bonecas, podemos acreditar que futuramente terá facilidade com o relacionamento com as pessoas ou até no entendimento das mulheres.

Na sociedade contemporânea, ainda é possível encontrar discursos a favor da separação de gênero nas aulas de Educação Física. Geralmente, eles são construídos sob de pilares fisiológicos. Por ressaltarem as diferenças entre os gêneros, esses postulados acabam prejudicando o desenvolvimento dos alunos com maiores capacidades físicas. Tal aspecto é apontado pelos entrevistado P.2: mesmo que sua instituição conte com aulas mistas, ele destaca que:

Não tem como é impossível, fisiologicamente eles são diferentes, é impossível, ao meu ver, tu tem uma menina que joga bem e tu tem um menino que joga bem igual a ela com a mesma habilidade, se ele for mais forte for mais veloz, se for o contrário é a mesma coisa, se ela for mais veloz e mais rápida e tiver mais habilidade do que ele, ela vai passar por ele, eu tenho diversos casos... então é muito difícil ter igualdade de gênero, não tem como ter igualdade nos desiguais. (P.2)

Na mesma linha de raciocínio, o entrevistado P.5, em cuja instituição as aulas são normalmente separadas por gênero, afirma que:

Eu sou um defensor das aulas separadas, por quê? É... eu entendo que a educação física ela tem conhecimentos e habilidades, qualidades específicas pra serem desenvolvidas e que as vezes quando tu trabalha com um grupo muito heterogêneos tu não consegue ter um resultado tão bom. Então, se tu conseguires separar de repente as meninas os meninos o ideal, poderia talvez separar aqueles que tem mais dificuldade, fazer aula de reforço,

alguma coisa assim, mas o lance de separar meninos e meninas pra mim parece mais fácil pra tu lidar com as turmas... aquele que está com dificuldade ele não pode ficar impedindo o avanço do outro, que o professor fique retomando conhecimentos pra esse chegar ali, aí aquele ali fica parado esperando, ou como alguns teóricos gostam que aquele vem ajudar o outro, mas o aluno tá na escola pra se formar, aprender, dominar conhecimentos, bases tecnológicas, essa é a função da escola, esse negocio a de tu ser solidário, tu ser disciplinado, tu ser educado, isso tu tem que trazer, a escola vai mantendo isso, ou espera-se que deveria manter isso, mas isso aí são coisas que tu tem que trazer de casa, né, eu não entendo que o que a escola tem essa função, pra mim a escola tem que trabalhar as bases tecnológicas do conhecimento. (P.5)

Altmann (2015) afirma que a caracterização da Educação Física que leva em conta a perspectiva biológica do corpo, a separação de meninos e meninas em competições esportivas e as diferenças de habilidade dos sexos feminino e masculino são justificativas utilizadas para que ainda exista a separação de gênero nas aulas. Segundo a autora, “historicamente, essa separação precede a hegemonia do esporte como conteúdo curricular da Educação Física escolar” (ALTMANN, 2015, p. 24).

O campo científico da Educação Física, a partir da análise das questões de gênero, dá início à superação da desigualdade entre homens e mulheres, que parte da lógica patriarcal de opressão às mulheres (ALVES, 2018). Novos estudos têm buscado problematizar a naturalização dos corpos biológicos, bem como as distinções impostas por esse sistema que leva em consideração as diferenças biológicas e deixa escapar a influência que a sociedade e a cultura têm sobre os processos de opressão contra a mulher.

Em um estudo realizado em escolas de Ensino Médio de Portugal, Goellner et al. (2010) entrevistaram estudantes (meninos e meninas) visando compreender o que os mesmos pensavam sobre as aulas de Educação Física com relação às questões de gênero. As autoras observaram que 50% das meninas entrevistadas entendiam como ruins as relações de gênero na Educação Física, enquanto 70% não gostavam de ter aulas junto com meninos. Dessa forma, concluíram que o ambiente vivenciado pelas alunas durante a Educação Física não era convidativo para uma plena participação e comprometimento com as atividades desportivas, carecendo de oportunidades iguais em um plano de educação e formação de todos os jovens. Nesse estudo ainda, Goellner et al (2010) trazem importantes elementos para analisar e pensar o projeto educacional de povo que contribua na organização do trabalho pedagógico.

Em um estudo mais recente (FRIZZO; CECHIN; ALVES, 2018), realizado na cidade de Pelotas-RS, constatou-se que as relações entre meninos e meninas nas aulas de Educação Física são associadas a situações que reproduzem violência de gênero.

Dentre todas as disciplinas que agregam à grade curricular escolar, a Educação Física, por ser a disciplina que mais contempla o corpo, apresenta diversas atividades coletivas, na sua maioria com grupos mistos. Portanto, ela pode ser considerada uma área privilegiada para se trabalhar as relações de gênero. Ao mesmo tempo, a disciplina tem forte influência em relação à forma que meninos e meninas são vistos na sociedade: ela tem o poder de transformar essas desigualdades e discriminações, através de professores críticos, quee tragam para suas aulas a equidade⁶ de gênero. Como se pode observar, as aulas mistas são uma ótima opção para socialização das meninas e meninos. É possível ver essa importância na fala do entrevistado P.1, ao afirmar que:

As nossas aulas aqui a gente dá aula pra todo mundo junto meninos e meninas, claro que a gente tem algumas coisas são mais difíceis de fazer, mas eu tenho certeza que as aulas desse jeito com meninos e meninas sem separação por gênero são muito melhores do que aulas separadas, eu vejo que nas aulas com meninos e meninas juntos a gente consegue trabalhar questões que talvez numa aula que eu tenha só meninos, e ai principalmente só meninos porque nessa idade na idade de 15 16 anos é difícil, difícil não diferente a cabeça do menino e a cabeça da menina. (P.1)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998) de Educação Física, como tentativa de intervir na realidade no que diz respeito às questões de gênero, consideram que as aulas mistas são de total importância, pois favorecem que meninos e meninas aprendam a ser tolerantes, respeitem as diferenças existentes. Dessa forma, elas evitam a construção, reprodução e rotulação de estereótipos sexuais.

Quando se trata da Educação Física, muito se ouve falar dos espaços físicos e materiais disponíveis para a prática. Na fala da professora P.6 fica claro que o principal motivo para a separação dos alunos é o espaço para atender as turmas inteiras. A divisão se dá primeiro entre gênero; porém, o discurso expõe que a maior

⁶ É uma forma justa da aplicação do Direito, porque é adaptada à regra, a uma situação existente, onde são observados os critérios de igualdade e de justiça. A equidade não somente interpreta a lei, como evita que a aplicação da lei possa, em alguns casos, prejudicar alguns indivíduos, já que toda a interpretação da justiça deve tender para o justo.

preocupação é com o espaço físico, e não diretamente com a divisão entre meninos e meninas. Tal aspecto também está presente na fala do professor P.5 ao afirmar que:

As turmas elas precisam ser separadas, porque nós não temos espaço pra atender uma turma inteira num ambiente só...essa divisão ela se dá num primeiro momento por meninos e meninas... Mas acontece assim também, tem turmas em determinados períodos, então a gente divide meninos e meninas nos ambientes por causa da quantidade de gente... nós não temos uma preocupação a não é só guria ou é só guri ou é só misto, não, a gente cuida são os espaços físicos e os conteúdos. (P.5)

Corroborando com a fala, Altmann (1998, p. 103) defende que “a postura assumida pela educação física não precisa ser mais rígida do que as dos estudantes, de forma que a união e a separação de meninos e meninas possa variar dependendo das circunstâncias e da atividade realizada”.

Dentro da mesma instituição, na fala da professora identificada como P.4, fica claro que as aulas podem ser da forma que a turma preferir. Entretanto, destaca-se que dentro desse ambiente ainda prevalece o discurso biológico de que meninos e meninas são diferentes. Tal aspecto é apontado pela entrevistada ao afirmar que:

As turmas são divididas por gênero, porém hoje em dia, se oferece a possibilidade se uma turma quer trabalhar junta, ela pode...eu penso que já deveria ter sido superado dentro dessa instituição, dentro dos dias de hoje que a gente não teria o porque mais de ta dividindo, né, as turmas, mesmo afirmando que é mais fácil trabalhar com os grupos separados, tu evita atritos, evita algumas coisas, porém não acredito que a gente deva evitar as coisas... porque eu não vou sair daqui e o meu mundo vai ser mulheres pra um lado e homens para o outro...não que essas discussões não sejam feitas, nós fizemos sim, porém ainda permanece que é difícil tu trabalha junto porque biologicamente os meninos são mais fortes... aí os meninos não avançam tanto porque tem que esperar as meninas então tem toda essa discussão e ainda segue-se vencendo bom vamos dividir, porém avançamos muito quando damos a possibilidade as turmas que desejarem serem junta. (P.4)

Por ser uma instituição com dois campus distintos e com metodologias opostas de ensino, onde no Campus CAVG se utiliza como forma de metodologia às aulas mistas e no Campus Pelotas as aulas são ministradas por separação de gênero, pode-se verificar através das entrevistas feitas com os 4 professores e professoras e 2 coordenadores, que a Educação Física tem passado por diversos processos nos últimos anos. Como resultado, já é possível observar, dentro das instituições, a expansão nas questões de gênero. Entretanto, no campo particular dos entrevistados, conseguiu-se definir as preferências particulares e formação de cada um. Esses

aspectos corroboram com a afirmação de que as questões de gênero na sociedade, na educação e na Educação Física são construções sociais, culturais e, muitas vezes, pessoais.

4 Considerações Finais

O propósito deste estudo foi o de analisar como se expressam as desigualdades de gênero nas aulas de Educação Física das Escolas de Ensino Médio da cidade de Pelotas-RS. Essa análise foi realizada através da percepção dos coordenadores e professores(as) da disciplina do Campus IFSUL - Visconde da Graça e Campus IFSUL - Pelotas.

Considerando que gênero é o tema principal desse trabalho, pode-se dizer que ele ganhou destaque a partir da segunda onda feminista. Entre as principais explicações para o aparecimento do termo estão o combate ao essencialismo biológico que acaba por justificar as desigualdades; a elucidação de que a construção das identidades femininas e masculinas são uma construção social e cultural; a distinção e desigualdade dos papéis sociais atribuídos a mulheres e homens; a busca por soluções que apontem os caminhos a serem percorridos para superar a opressão às mulheres.

A sociedade contemporânea, apesar de todas as conquistas até o momento, ainda demonstra características da sua base patriarcal, sendo extremamente opressora e discriminatória com as mulheres. Há uma grande distinção entre os papéis associados a mulheres e homens em diversos âmbitos. Na questão salarial, por exemplo, as mulheres, muitas vezes, ganham menos do que os homens executando as mesmas funções. Pode-se citar ainda como resultado da desigualdade de gêneros a violência sofrida pelas mulheres, seja ela de cunho social, físico e psicológico.

Desde muito cedo, meninas e meninos sofrem com o processo de construção de identidade. Isso porque eles estão constantemente em busca de alinhamento com os modelos tidos como “normais” pela sociedade, que reforça e pune o diferente do que é esperado para cada gênero. Esses estereótipos atribuídos são internalizados e ganham uma autonomia para definir “o que é de menina e o que é de menino”. Espera-se, através dessas definições, que meninos sejam: competitivos, corajosos, racionais, fortes, rápidos, características essas que definem o papel de homem; em contrapartida, espera-se que as meninas sejam sensíveis, passivas, pacientes, delicadas e preocupadas com o outro.

Essa construção social atribuída a mulheres e homens muitas vezes é transmitida de geração em geração. A partir da naturalização dessa estrutura, os

grupos sociais disseminam uma visão de que as relações entre os gêneros foram construídas culturalmente como algo natural, e, por isso, não passível de contestação. Essas características “normais” acabam não sendo combatidas, apesar de seu caráter desigual e discriminatório. Dessa maneira, elas são transmitidas para a próxima geração. Mais do que isso: as próprias vítimas dessa discriminação acabam por reproduzi-las.

A escola é uma das instituições sociais que estabelece normas e rituais. Logo, não é um espaço neutro. Na escola, assim como na sociedade, alteridades se formam e, através dos variados mecanismos, este espaço mostra o que é certo ou errado, o que pode ou não pode. A sociedade apresenta características que diariamente ultrapassam os muros das escolas e acabam por fazer parte do dia a dia escolar.

Portanto, o ambiente escolar tem um papel essencial na socialização dos indivíduos e pode intervir positiva ou negativamente nos padrões de convivência. Por ser um espaço propício a determinadas reflexões, a escola precisa incorporar práticas educativas e se preocupar com estratégias que possibilitem a equidade de gênero na sociedade, na escola e nas aulas. Essas práticas devem problematizar as discriminações e desigualdades. Isso significa que esse termos devem aparecer dentro do conteúdo pedagógico, no intuito de construir relações igualitárias e mais justas para todos. É necessário trazer as discussões de gênero para desnaturalizar as identidades contruídas cultural e socialmente. Assim, leva-se os indivíduos a refletir sobre sua identidade e seu lugar na comunidade, contribuindo para o crescimento social de cada um.

É necessário criar uma ligação entre cidadão e sociedade que desconstrua a exclusão: esse elo deve possibilitar um vínculo de solidariedade e conscientização das relações de raça, classe e gênero. Para se conseguir isso, é importante dar aos alunos e alunas a oportunidade de ultrapassar o senso comum, fornecer a eles o poder de decisão, e não apenas reforçar verdades absolutas. Deve-se, dentro da escola e das aulas, conduzi-los a desconfiar da naturalização das “coisas”, demonstrar as limitações e imposições que ocorrem, principalmente entre meninos e meninas, homens e mulheres.

É importante discutir tais construções sociais para, assim, desmascarar as opressões sofridas e superar toda e qualquer discriminação. A escola precisa proporcionar o pensamento crítico, bem como uma educação que preze pela equidade

entre mulher e homens, pobres e ricos, negros e brancos. Para que isso aconteça, é fundamental a atuação de professoras e professores. Ademais, se torna imprescindível o comprometimento com a exclusão de toda e qualquer forma de opressão do ambiente escolar.

Nós, professoras e professores, como formadores, e a escola, como instituição, precisamos ser críticos e despertar esse senso reflexivo nas alunas e alunos. Precisamos despertar nos educandos a vontade de ser agentes dos seu próprio eu, o que possibilita a transformação da sociedade. O docente tem em suas mãos o papel da transformação e do fortalecimento de resistência. Os atores do ambiente escolar são seres históricos, produzem história e a reproduzem. Pensando nisso, pode-se afirmar que as experiências pessoais são boas maneiras de trabalhar a temática do gênero dentro da sala de aula e propiciar a reflexão sobre o que acontece fora dos muros da escola é uma boa ferramenta para conscientizar.

Levando essa discussão diretamente para a Educação Física, deve-se possibilitar aos discentes práticas que sejam agradáveis para todos, independente do gênero. Assim, respeita-se as individualidades e, ao mesmo tempo, proporcionam-se aos alunos as mesmas oportunidades. Não se pode querer privilegiar somente o mais ou o menos habilidoso: as características individuais são ótimas fontes para mostrar a importância de trabalhar em grupo, independente das capacidades físicas de cada um, possibilitando a cooperação entre os diferentes. Não podemos reforçar a discriminação separando atividades de meninos e meninas.

Ao fim dessas reflexões, é necessário falar que, apesar de vários avanços observados na sociedade e na escola, estes ainda são pequenos em relação ao que é necessário. A mulher continua sendo vista como inferior ao homem em muitos ambientes, continua sendo desvalorizada financeira e individualmente simplesmente por ser mulher. É importante salientar que em momento algum se pretende que mulheres e homens sejam iguais, mas sim que sejam vistos com equidade, para que tenham as mesmas oportunidades e direitos. O que se busca é que não existam hierarquias: que haja a diferença, mas que não seja aceita a desigualdade.

Busca-se, aqui, a construção de uma sociedade mais igualitária, que valorize e coloque em prática conceitos como respeito, oportunidades, qualidade de vida, acesso à educação, saúde, lazer e emprego sem diferenças. Como demonstrado ao longo desse trabalho, a escola, assim como a disciplina de Educação Física,

configuram-se como espaços propícios para se construir essa sociedade ideal. Isso pode ser concretizado através de aulas saudáveis, conteúdos que aguçam o pensamento crítico para educar e, mais do que isso ensinar os alunos a conviver com as diferenças.

Porém, é preciso ter consciência de que não é um trabalho fácil: não existe uma fórmula mágica para buscar essa equidade. Os obstáculos são grandes; por vezes, nós, que decidimos defender e estudar essa temática, precisamos refletir e nos auto-corrigir. Isso porque, na própria ação de dar aula, a desigualdade acontece inconscientemente. É preciso ter em mente que lutar contra algo que foi construído e internalizado na sociedade é uma missão complexa. É um confronto diário contra o que nos é passado como “normal” e “natural”, é um processo longo, doloroso, mas possível.

Finalizando, gostaria de mais uma vez esclarecer que esse estudo não tem a pretensão de resolver por completo os problemas de diferenciação de gênero nas aulas de Educação Física. Todavia, acreditamos que esse trabalho alcançou seu objetivo ao mostrar que é possível as aulas de Educação Física serem usadas como um ambiente propício para se trabalhar a equidade de gênero. Este trabalho soma-se a outras obras acerca da mesma temática, com o intuito de contribuir e aumentar a produção sobre de um tema tão relevante.

Referências

- ALTMANN, H. **Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na educação física**. 1998. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.
- ALTMANN, H.; AYOUB, E.; AMARAL, S. Gênero na prática docente em educação física: "meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar"? **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 491-501, 2011.
- ALTMANN, Helena. **Educação Física escolar: relações de gênero em jogo**. São Paulo: Cortez, 2015.
- ARANHA, M. L. A. A. **História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.
- ALVES, Pamela; CECHIN, Katarina; FRIZZO, Giovanni. A desigualdade de gênero na Educação Física Escolar. Santiago-CHI: **Revista Última Década**, v. 26, n. 49, p. 22-35, dez. 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. reimpr. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BICHARA, Ilka Dias. Brincadeiras de meninos e meninas: segregação e estereotipia em episódios de faz-de-conta. **Temas em Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 19-28, 2001.
- BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, v. 1, n. 225, p.70-88, 2009.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 07 mai. 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Desportos. Deliberação nº 7. **Instruções às entidades esportivas do país sobre as práticas desportivas para as mulheres**. Brasília-DF: CND, 1965.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei nº 3.199**, de 14 de Abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 mar. 2019.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei nº 69.450**, de 01 de Novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e

alínea c do artigo 40 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69450-1-novembro-1971-418208-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 06 mar. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão na identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 138-154, 2015.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. The Combahee River Collective statement [1978]. In: SMITH, B. (Org.). **Home girls**: a black feminist anthology. New Jersey: Rutgers University Press, 2008. p. 264-274.

COSTA, Ana Alice A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Brasília: Agende 2006.

COSTA, Maria Regina Ferreira; SILVA, Rogério Goulart da. A educação Física e a co-educação: igualdade ou diferença? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 43-54, jan. 2002.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação Física na escola**: implicações para prática pedagógica. São Paulo: Editora Guanabara Koogan, 2005.

DAVIS, Angela. **Women, race and class**. Nova York: Vintage Books, 1981.

DORLIN, Elsa. **Black feminism**: anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000. Paris: l'Harmatta, 2008.

DUARTE, Catia Pereira; MOURÃO, Ludmila. Representações de adolescentes femininas sobre os critérios de seleção utilizados para a participação em aulas mistas de Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 37-56, 2007.

FARIA, Nalú; NOBRE, Miriam. O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão de relações de gênero. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Gênero e educação**: caderno para professores. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003. p. 29-43.

FURLAN, Cássia Cristina; LESSA, Patrícia. Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas: reflexões acerca da invisibilidade. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, p. 28-43, 2008.

GAÚCHA ZH. **Feminicídios aumentam 41% no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/01/feminicidios-aumentam-41-no-rio-grande-do-sul-cjqp6qh30q6u01pi16ztccpg.html>. Acesso em: 07 mai. 2019.

GOELLNER, Silvana; SILVA, Paula; GOMES, Paula Botelho; QUEIRÓS, Paula. As Relações de Gênero da Educação Física Escolar em Portugal: algumas orientações didáticas a partir do entendimento de alunas e alunos. **Revista Gênero**, Niterói, n.10, p. 169-187, 2009.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 1, n. 2, p. 71-83, 2010.

HERA. **Direitos sexuais e reprodutivos e saúde das mulheres**: idéias para ação. Nova York: HERA, 1998.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2017.

IBGE. **Estatísticas de Gênero**: indicadores sociais das mulheres do Brasil. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, 2018.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE - Campus CAVG. **O Campus**. Disponível em: <http://cavg.ifsul.edu.br/o-campus-cavg.html>. Acesso em: 31 out. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE CAMPUS PELOTAS. **O Campus Pelotas**. Disponível em: <http://pelotas.ifsul.edu.br/institucional/o-campus-pelotas>. Acesso em: 31 out. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 12 out. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2019.

IPEA. **Atlas da violência 2019**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro e São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

ITANI, Alice. Vivendo o preconceito em sala de aula. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.). **Diferenças e preconceitos na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. p. 119-134.

LEAL, Nathalia Costa; ZOCCAL, Sirlei Ivo Leito; SABA, Marly; BARROS, Claudia Renata dos Santos. A questão de gênero no contexto escolar. **Leopoldianum**, ano 43, n. 121, p. 95-105, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2015. **Homicídio de mulheres no Brasil**. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br/. Acesso em: 06 ago. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

PEREIRA, Ana Cristina Furtado; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. História da mulher no ensino superior e suas condições de acesso e permanência. In: XIII EDUCERE, IV SIRSSE e VI SIPD/CÂTEDRA UNESCO, 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUC/PR, 2017. v. 1. p. 5527-5542.

POCAHY, Fernando. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática conceito feminista. **Textura**, n. 23, p. 18-30, 2011.

PONTE JORNALISMO (Brasil). **Uma pessoa trans é morta a cada 48 horas no Brasil**. 2018. Site AZMina. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/uma-pessoa-trans-e-morta-a-cada-48-horas-no-brasil/>. Acesso em: 06 mar. 2019.

RELÓGIOS DA VIOLÊNCIA. Disponível em: <https://www.relogiosdaviolencia.com.br/>. Acesso em: 06 mar. 2019.

RIBEIRO, Gabriela. **Homens chegam a receber 234 vezes mais que mulheres no esporte**. 2016. Site Super Esportes. Disponível em: https://www.df.superesportes.com.br/app/noticias/mais-esportes/2016/04/01/noticia_maisesportes,60693/homens-chegam-a-receber-234-vezes-mais-que-mulheres-no-esporte.shtml. Acesso em: 06 mar. 2019.

ROHDEN, Fabíola. Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, n. 39, 157-174, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALZSMAN, Janet. **Equidad y género**: una teoría integrada de estabilidad y cambio. Trad. María Coy. Madri: Cátedra, 1992.

SÃO PAULO. Secretaria do Governo Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. **Gênero e educação**: caderno para professores. Secretaria Municipal de Educação, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOARES, Carmem L. **Educação física**: raízes européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos Cedes**, v. 19, n. 48, p. 52-68, 1999.

TOLEDO, C. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos separa. São Paulo: Sundermann, 2008.

VIANNA, Cláudia. Educação e gênero: parceria necessária par a qualidade do ensino. In: SÃO PAULO (Cidade). Coordenadoria Especial da Mulher. **Gênero e Educação**: Caderno para professores. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003. p. 45-52.

Apêndices

Apêndice A – Roteiro de entrevista semi-estruturada

1. Ano de conclusão da graduação:
2. Há quanto tempo trabalha no IFSUL?
3. Você poderia contar um pouco da sua trajetória?
4. Como funcionam as aulas de educação física no campus?
5. O que você pensa sobre as questões de gênero na sociedade e dentro do ambiente escolar?
6. Como lida com as questões de gênero nas aulas? Você acredita na possibilidade de igualdade de gênero nas aulas de educação física entre meninos e meninas?
7. Como você trabalha os conteúdos a serem dados nas aulas? existe alguma resistência de meninos ou meninas? Qual conteúdo?
8. O que você pensa sobre a atual realidade da educação e da escola?
9. Comente algo que você acredita ser importante e não foi conversado nessa entrevista.

Anexos

Anexo A – Termo de consentimento livre e esclarecido

Pesquisador responsável: Giovanni Felipe Ernst Frizzo

Auxiliar da Pesquisa: Catiúcia Almeida de Souza

Instituição: Escola Superior de Educação Física – ESEF/UFPEL

Endereço: Rua Luís Camões, 625 – Bairro Tablada, Pelotas - RS

Telefone: 5332732752

Concordoem participar do estudo “*Gênero e Educação Física Escolar em Escolas Federais de Ensino Médio da Cidade de Pelotas-RS*” Estou ciente de que estou sendo convidado a participar voluntariamente do mesmo.

PROCEDIMENTOS: Fui informado de que o objetivo geral será “*Identificar como as questões de gênero são tratadas nas aulas de Educação Física em escolas Federais da cidade de Pelotas-RS*” cujos resultados serão mantidos em sigilo e somente serão usadas para fins de pesquisa. Estou ciente de que a minha participação envolverá uma entrevista na qual responderei a um questionário com questões abertas e fechadas, também estou ciente de que apenas o pesquisador e o entrevistado estarão presentes no momento da entrevista, garantindo assim o sigilo da informação. Além do mais, permito a gravação da entrevista para fins de auxílio na coleta dos dados desta pesquisa, podendo ter acesso apenas o pesquisador responsável. Os dados serão mantidos em sigilo e somente serão usadas para fins de pesquisa, os dados serão preservados por meio eletrônico (armazenamento em nuvem) pelo prazo de 5 anos.

RISCOS E POSSÍVEIS REAÇÕES: Fui informado de que algumas perguntas possam causar constrangimento ou mal-estar. Em caso de constrangimento ou mal-estar os procedimentos serão interrompidos imediatamente e o entrevistado pode solicitar a qualquer momento a exclusão de sua participação.

BENEFÍCIOS: O benefício de participar na pesquisa relaciona-se ao fato de que os resultados serão incorporados ao conhecimento científico.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA: Como já me foi dito, minha participação neste estudo será voluntária e poderei interrompê-la a qualquer momento, assim como solicitar o cancelamento do estudo.

DESPESAS: Eu não terei que pagar por nenhum dos procedimentos, nem receberei compensações financeiras.

CONFIDENCIALIDADE: Estou ciente que a minha identidade permanecerá confidencial durante todas as etapas do estudo.

CONSENTIMENTO: Recebi claras explicações sobre o estudo, todas registradas neste formulário de consentimento. Os investigadores do estudo responderam e responderão, em qualquer etapa do estudo, a todas as minhas perguntas, até a minha completa satisfação. Portanto, estou de acordo em participar do estudo. Este Formulário de Consentimento Pré-Informado será assinado por mim e arquivado na instituição responsável pela pesquisa.

Nome do participante/representante legal: _____
Identidade: _____

ASSINATURA: _____ DATA: ____ / ____ / ____

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO INVESTIGADOR: Expliquei a natureza, objetivos, riscos e benefícios deste estudo. Coloquei-me à disposição para perguntas e as respondi em sua totalidade. O participante compreendeu minha explicação e aceitou, sem imposições, assinar este consentimento. Tenho como compromisso utilizar os dados e o material coletado para a publicação de relatórios e artigos científicos referentes a essa pesquisa. Se o participante tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ESEF/UFPel – Rua Luís de Camões, 625 – CEP: 96055-630 - Pelotas/RS; Telefone:(53)3273-2752.

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL